



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS- CAMETÁ
FACULDADE DE HISTORIA (FACHTO)**

THIRZIA DA SILVA TRINDADE

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA COLHEITA DA PIMENTA-DO-
REINO EM TOMÉ-AÇU, DÉCADAS 1950-1960.**

TOMÉ-AÇU/PA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS- CAMETÁ
FACULDADE DE HISTORIA (FACHTO)**

THIRZIA DA SILVA TRINDADE

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA COLHEITA DA PIMENTA-DO-
REINO EM TOMÉ-AÇU, DÉCADAS 1950-1960.**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a
Faculdade de História - FACTHO /UFPA - do Campus
Universitário do Tocantins-Cametá como um dos pré-
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em
História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de
Moraes Pinto.**

TOMÉ-AÇU/PA

2016

THIRZIA DA SILVA TRINDADE

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA COLHEITA DA PIMENTA-DO-
REINO EM TOMÉ-AÇU. DÉCADAS 1950-1960.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a Benedita Celeste de Moraes Pinto
Orientadora

Prof^ª. Dr^a. Tereza Cristina Ribeiro
Avaliadora

Prof^ª. Mestranda Bárbara de Nazaré Pantoja Ribeiro
Avaliadora

TOMÉ-AÇU/PA

2016

Dedico a todas as mulheres que tive a honra de conhecer e saber um pouco das suas histórias de vida e vivência. Mulheres corajosas, destemidas que não baixaram a cabeça para ninguém e nem diante dos problemas que enfrentaram e enfrentam até os dias de hoje.

À minha querida professora e orientadora, Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, que sem a sua peculiar motivação não conseguiria realizar este trabalho. Uma mulher de personalidade forte como poucas, amiga e compreensiva, mas que não deixa de dar os puxões de orelha quando precisa. Uma mulher sábia e para mim exemplo de lutas, pois, vejo em seu olhar penetrante a força e a determinação que nos faz sentir o desejo de seguir sempre em frente e em sermos melhores.

A minha filha Paola Chrstinne, que de certa forma me fez seguir em frente na vida acadêmica, era para termos feito uma história juntas na Faculdade de História, no polo da UFPA de Tomé-Açu, mas o destino não quis que assim fosse. Desejo que também siga com determinação e fé sua jornada acadêmica e faça o melhor que puder.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho apresentado ao curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará- UFPA é o resultado de uma pesquisa que contou com indispensáveis apoios e incentivos de pessoas muitíssimas importantes em minha vida pessoal e acadêmica.

Em primeiro lugar agradeço a Deus e à virgem Maria, mãe do salvador, pela sua intercessão junto a ele nos momentos de dificuldades, angustias e ansiedade que me fez acalmar o coração e seguir em frente firme e nunca abandonar minha fé.

A minha querida professora e orientadora Benedita Celeste de Moraes Pinto, pelas dicas importantíssimas e ajuda para a conclusão deste trabalho, seu incentivo e contribuição me auxiliariam em toda essa jornada acadêmica. Agradeço por ser essa pessoa firme, mas protetora.

Aos meus professores que tanto contribuíram por ter chegado até aqui, alguns firmes, outros nem tanto, mas todos com um único objetivo: Tentar passar e deixar um pouco que seja de seus conhecimentos e orgulho de ser um historiador.

Aos colegas e amigos da turma de História 2012/UFPA-Polo de Tomé-Açu, que lutaram juntos por essa conquista, com amizade, compreensão, paciência e exemplo de vida. Em especial Seu Osvaldo Tavares (in memória), amigo de todas as horas e situações, um amigo que levarei por toda minha vida.

“Tua palavra, tua história, tua verdade fazendo escola e tua ausência fazendo silêncio em todo lugar...”, saudades Seu Osvaldo!

A toda minha família e amigos que direta ou indiretamente torceram por mim, por essa conquista, em especial, minha mãe Domingas da Silva. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a importância da mulher no cultivo e colheita da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, nas décadas de 1950-1960, períodos áureos dessa especiaria, cuja história se fez presente com a imigração japonesa para este município. Da mesma forma, ocupa-se das relações de convívio familiar, do trabalho e do cotidiano dessas mulheres, sejam elas japonesas, as da própria colônia de Tomé-Açu e as mulheres que vieram de outros municípios paraenses para trabalhar na lavoura de pimenta-do-reino. Sendo assim busca-se enfatizar a participação feminina no contexto da produção e extração da pimenta-do-reino, como forma de evidenciar uma história de luta, coragem e empoderamento, que em muitos casos é silenciada, não ganhando a devida importância, mediante a todos os fatores e desafios que as mulheres passaram em tal colônia. Para a concretização desses objetivos fez-se uso de análises de diversos autores que trabalham o processo migratório japonês e a introdução da cultura da pimenta – do - reino como: HOMMA (2011), SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, (1992), NIKKEY SHIMBUN (2012), TSUNODA (1988). Da mesma forma, utiliza-se autores que discutem conceitos como, gênero, cultura e trabalho, dentre os quais se destaca: PERROT (2015), PINTO (2004) DEL PRIORE (2002), RAGO (1995). Além da realização da pesquisa de campo, com base na oralidade, através de relatos orais e as histórias de vida do povo de Tomé-Açu, coletados mediante entrevistas e conversas informais, acrescidas a fontes escritas e imagéticas, que juntas possibilitaram o contato mais direto com a história, cultura e vivência da imigração japonesa na Amazônia. A pesquisa permitiu conhecer a trajetória das mulheres, tanto as japonesas quanto as de origem da colônia e as de outros municípios, que buscavam melhores condições de vida para o sustento de suas famílias, o quanto foram importantes para o desenvolvimento do município de Tomé-Açu, até então colônia de Acará. Eram mães, professoras, domésticas, enfim, mulheres cujas histórias abrem espaços para uma melhor compreensão da história deste município e da forma que lutaram junto com suas famílias na constituição da então colônia de migração, sem pretensão de serem lembradas, mas as suas histórias saltam do passado através do exercício de pesquisa deste estudo, se fazendo conhecer, demarcando a importante participação feminina na história do município de Tomé-Açu e seu povo.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Imigração Japonesa; Trabalhos; Cultivo da Pimenta-do-reino; Tomé-Açu.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	8
Capítulo I	
Imigração Japonesa na Amazônia um Marco na História de Tomé-Açu.....	14
1.1 Ameaças e Desafios: História da Colônia de Tomé-Açu, Berço da Imigração Japonesa na Amazônia.....	15
1.2.O Benefício da Presença Feminina na Imigração.....	22
Capítulo II	
Pimenta-do-Reino “o Diamante Negro da Amazônia”	27
2.1 A Expansão na Colônia de Tomé-Açu.....	28
2.2 A Formação do Pimental	32
Capítulo III	
A Colheita da Pimenta do Reino e a Importância das Mulheres no Pimental.....	38
3.1. O Desafio da Mulher no Contexto Trabalho e Família.....	39
3.2 Mulheres na Colheita: Modelo de Luta, Esforço e Combatividade.....	42
Considerações Finais	54
Fontes Utilizadas na Pesquisa.....	56
Bibliografia	58

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender a importância da mulher no cultivo e colheita da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, nas décadas de 1950-1960, períodos áureos dessa especiaria, cuja história se fez presente com a imigração japonesa para este município. Da mesma forma, ocupa-se das relações de convívio familiar, do trabalho e do cotidiano dessas mulheres, sejam elas japonesas as da própria colônia de Tomé-Açu e as mulheres que vieram de outros municípios paraenses para trabalhar na lavoura de pimenta-do-reino.

Sendo assim busca-se enfatizar a participação feminina no contexto da produção e extração da pimenta-do-reino, como forma de evidenciar uma história de luta, coragem e empoderamento, que em muitos casos é silenciada, não ganhando a devida importância, mediante a todos os fatores e desafios que as mulheres passaram em tal colônia.

Segundo informações de um artigo do Jornal Nikkey Shimbun, responsável pela publicação comemorativa dos 80 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, tal processo iniciou-se em 1929, com a chegada dos primeiros imigrantes na colônia de Acará, hoje o município de Tomé-Açu (queira ver figuras 1 e 2). Ao todo 42 famílias, no total de 189 membros na primeira leva de imigrantes. A imigração japonesa estava a serviço da Nantaku (Nambei Takushoku), Companhia de Colonização da América do Sul S.A, agência que incentivava a vinda dos japoneses, com parceria do governo brasileiro, sob chefia de Hachiro Fukuhara. O governo do Pará disponibilizou aos japoneses 600 mil hectares de terras no município do Acará, atual colônia de Tomé-Açu (NIKKEY SHIMBUN, 2012).

Os primeiros anos da chegada dos imigrantes na Amazônia foram marcados pelo abandono da colônia, por motivos do fracasso no cultivo da agricultura, principalmente do cacau, cuja produção era o objetivo inicial dos imigrantes; as doenças tropicais da Amazônia, como a malária, contribuíram para a desistência da maioria desses imigrantes (NIKKEY SHIMBUN, 2012).

As escassas publicações sobre a Imigração Japonesa na Amazônia, principalmente a paraense, dão pouca ênfase ao cotidiano desses imigrantes, e de como

era o dia-a-dia das mulheres, que faziam parte dessas famílias, tão pouco de como se dava o processo de convívio entre os colonos de Tomé-Açu e os japoneses.

Diante dessas inquietações, a presente pesquisa, com recorte cronológico nas décadas de 1950-1960, período áureo da pimenta-do-reino no município de Tomé-Açu, especiaria que foi responsável pela vitória dos imigrantes japoneses no Brasil, marcada pela persistência e dedicação desse povo, objetivando compreender a importância da mulher na colheita da pimenta-do-reino em Tomé-Açu no período em questão, considerado como período histórico para o referido município, considerado por muitos como berço da imigração japonesa na Amazônia.

Procura refletir, portanto, a respeito da atuação e importância das mulheres na lavoura de pimenta-do-reino. Trata-se de mulheres que vieram na esperança de encontrar melhores condições de vida para sua família, como as acaraenses e cametaenses e as do próprio município de Tomé-Açu, que com a chegada dos imigrantes passaram a trabalhar nas casas e lavouras dos japoneses, que com esforço e dedicação conseguiram sobreviver às adversidades, exercendo papel importante na economia do município e do país.

Para a concretização dos objetivos do presente estudo, fez-se uso de análises de diversos autores que trabalham o processo migratório japonês e a introdução da cultura da pimenta- do- reino como: HOMMA (2011), SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, (1992), NIKKEY SHIMBUN (2012), TSUNODA (1988). Da mesma forma, Utilizo As Abordagens de autores que discutem conceitos como, gênero, cultura e trabalho, dentre os quais se destaca: PERROT (2015), PINTO (2004) DEL PRIORE (2002), RAGO (1995). Assim, a metodologia utilizada neste trabalho parte da linha de abordagem cultural e social, com conceitos estabelecidos de gênero, cultura e relações de trabalho. Usando técnica da pesquisa com fonte oral, como um meio de conhecimento, buscando uma abordagem efetiva e necessária para a investigação ao que se pretende realizar (ALBERTI, 2005).

Neste sentido, as fontes de pesquisa estão sendo baseadas na oralidade, através de entrevistas, relatos orais e história de vida de alguns imigrantes japoneses de Tomé-Açu e de mulheres que trabalhava na colheita da pimenta e tinham como meio de sobrevivência esse trabalho. Uma vez que, uma colônia pouco desenvolvida e quase sem recursos, daria oportunidade de trabalho não só para os colonos de origem, como também para aqueles de outros municípios, como Cametá, de onde a mão de obra vinha com abundância. São falas carregadas de muita emoção, memórias e historicidade das pessoas

entrevistadas, assim como seus descendentes, que narraram os fatos de acordo com a memória daquela época e do que ouviram e lembravam as histórias de seus pais, que relatam as experiências de vida de trabalhadores e trabalhadoras na época de colheita da pimenta do reino em Tomé-Açu.

Não restam dúvidas, conforme afirma Thompson (1997), a pesquisa com fontes orais já está alicerçado no meio acadêmico e percorreu um longo caminho até ter sua amplitude e reconhecimento agora no século XX, levando em consideração que a história oral vem acompanhando a renovação da pesquisa histórica ocorridas nessas últimas décadas se tornando neste contexto um método novo para a investigação de temas contemporâneos como a história dos grupos oprimidos e marginalizados como das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos indígenas e entre outros que foram deixados de lado na história por documentações insuficientes, permitindo que essa história desses sujeitos se construa e seja reconhecida (THOMSON, 1997).

Alistair Thomson (1997), destaca que a história oral tem seus críticos, “historiadores tradicionais que trabalham com documentos textuais”, se posicionando seguinte forma em relação a estes:

“o principal argumento usado por esses críticos era que a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador quanto do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado. Subjacentes a essas críticas estava a preocupação de que a democratização do trabalho dos historiadores estaria sendo facilitada por grupos de história oral, e o desdém pela evidente “discriminação” da história oral em favor das mulheres, trabalhadores e comunidades minoritárias” (THOMSON, 1997).

Contudo, desde seu aparecimento, a função da História é fornecer à sociedade uma explicação de suas origens. A pesquisa com fontes orais possibilitou trazer à História, aqueles que foram excluídos e colocados no anonimato e sem direito à memória, como sujeitos ou testemunhos da sua história. São narrativas da memória e identidade de pessoas que mostram como veem a si mesmos e o mundo, não procura uma história integralmente ou provar uma verdade absoluta a partir dos depoimentos e sim dar espaços a esses sujeitos anônimos da história e compreender a configuração que o passado chega ao presente (THOMSON, 1997).

A importância da mulher na História do município de Tomé-Açu, principalmente na colheita da pimenta-do-reino, através das narrativas adquiridas, permite uma descrição das representações desses personagens que viveram a história e de

certa forma tiveram contato com ela, buscando entender o que tais memórias representam para essas pessoas, isso é o que a fonte oral nos leva a analisar e compreender. E para tal análise, a pesquisa se utilizará de autores teoricamente conceituados na narrativa histórica para melhor compreensão de gênero, trabalho, família e cultura. Autores como, Perrot, Del Priore, Rago e Pinto que se apodera de fonte oral para melhor compreender a vida de mulheres nos povoados amazônicos e seu cotidiano na labuta do dia a dia. Colocam em evidência esses sujeitos que a historiografia sempre deixou à margem dos acontecimentos, principalmente no que diz respeito ao Brasil.

Fato percebido em decorrência da pesquisa realizada no município de Tomé-Açu, berço da imigração japonesa na Amazônia, cujo foco, a participação feminina na colheita da pimenta-do-reino, onde descobrimos o quanto as mulheres do nosso município e de outros da Amazônia, tem uma trajetória de luta e amor por sua terra e seu povo, onde pudemos presenciar o orgulho, até mesmo uma nostalgia nas falas destas pessoas, que contribuíram e contribuem e muito para o desenvolvimento deste município.

Neste sentido, a História Oral foi fundamental, pois possibilitou, através de entrevistas, se obter informações de fatos ocorridos ao longo do tempo, que muitas vezes foram silenciados pela documentação escrita, como aborda Paul Thompson, no livro “A Voz do Passado, Historia Oral” (1992), um sujeito que a princípio é visto como sem importância, nos relata fatos que pode levar a uma história rica de informações, emocionante e completa por meio da oralidade, interagindo de forma plena com os agentes estudados, proporcionando uma relação mais estreita com a pesquisa, transformando os “objetos” de estudos em “sujeitos”, contribuindo para uma História mais emocional, viva e cheia de valores. (THOMPSON, 1992).

O presente estudo está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, **Imigração Japonesa na Amazônia um Marco na História de Tomé-Açu**, tem como objetivo destacar o marco da imigração Japonesa em Tomé-Açu, sua importância e a forma como conseguiram lidar com as adversidades de um país totalmente desconhecido. Além de destacar o desenvolvimento de Tomé-açu e os traços existentes entre as culturas brasileira e japonesa neste município e na região Amazônica, e o papel feminino nesse processo de imigração.

O segundo capítulo, **Pimenta-do-Reino “o Diamante negro da Amazônia”**, discute a introdução da cultura da pimenta-do-reino, conhecida na época como “o diamante negro da Amazônia”, e sua importância para o desenvolvimento do município

de Tomé-Açu, no que consiste apresentar a expansão das colônias japonesas constituídas a partir da exploração dessa especiaria.

O terceiro capítulo, **A Colheita da Pimenta do Reino a Importância das Mulheres no Pimental**, aborda a importância da mulher na colheita da pimenta-do-reino, onde se destaca os desafios que essas mulheres enfrentaram no contexto trabalho e família, procurando compreender o papel desempenhado pela mulher nos diferentes tipos de trabalhos que tinham que conciliar em época de colheita da pimenta.



Figura 01: Mapa de Localização de Tomé-Açu. Fonte: Google.com

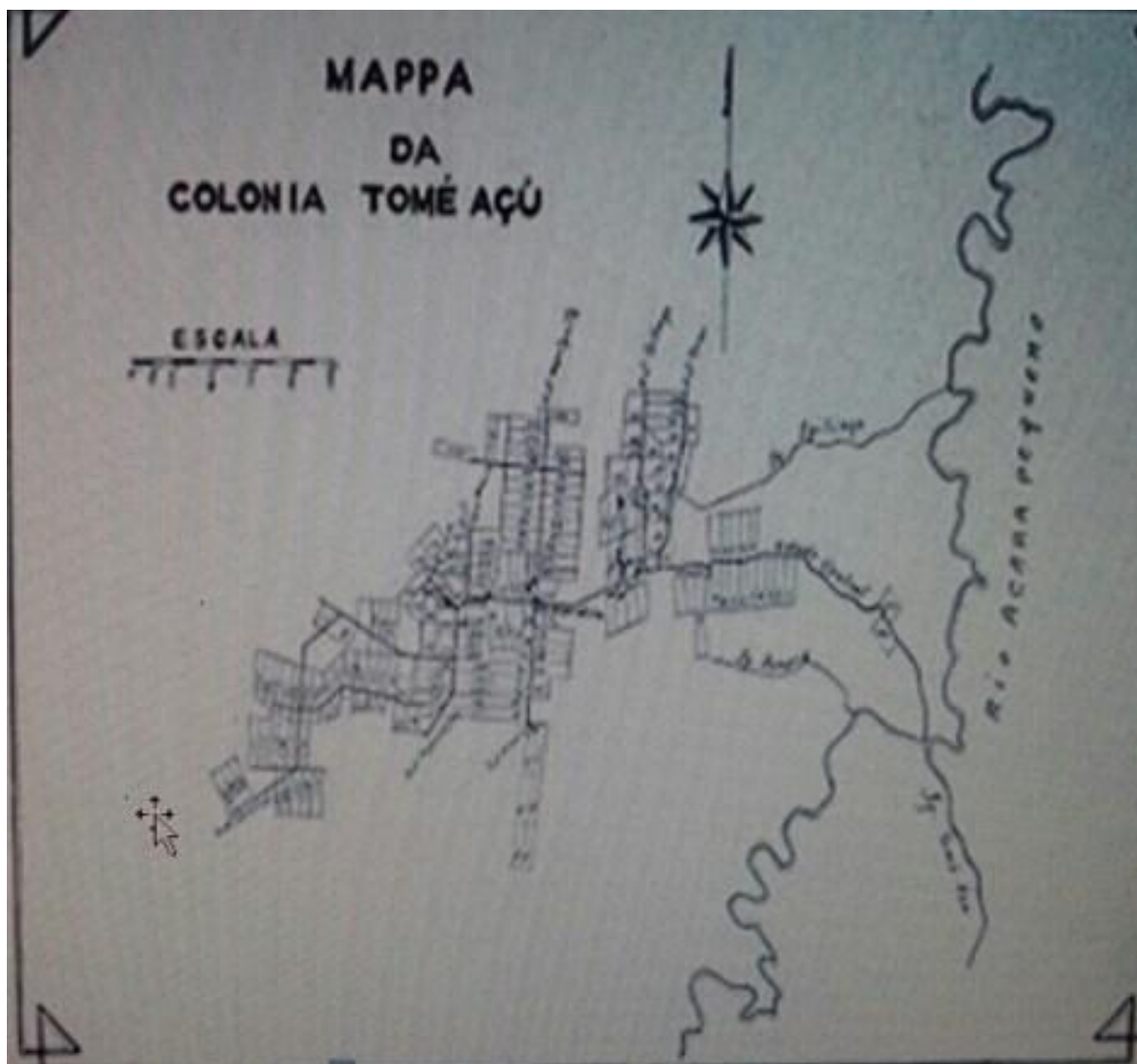


Figura 02: Mapa Da Colônia De Tomé-Açu. Fonte: Museu da Imigração/ACTA

CAPÍTULO I

IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA UM MARCO NA HISTÓRIA DE TOMÉ-AÇU

1.1.AMEAÇAS E DESAFIOS: HISTÓRIA DA COLÔNIA DE TOMÉ- AÇU, BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA.

Quando falamos de imigração nos reportamos para a realidade dessa palavra e não há como negar o sofrimento, a rivalidade entre os povos, o etnocentrismo, o nacionalismo, o militarismo, o imperialismo e o expansionismo prevalentes no mundo, constituíam um obstáculo quase intransponível à plena integração dos japoneses na comunidade brasileira. Ainda no início da política emigratória nacional do Japão, a colonização de regiões pouco exploradas e desenvolvidas na Amazônia começou em 1929, diferente de São Paulo que já desenvolvia outras lavouras e atividades econômicas, além do café, onde necessitava da força de trabalho do imigrante. Com o declínio da borracha em 1912, cujo apogeu se deu no início do século XX com 42 mil toneladas exportadas, fora derrotada pela concorrência da borracha asiática, que tinha seu cultivo racionalmente organizado no Sudeste da Ásia. (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, 1992.).

Levando em consideração às adversidades climáticas de um país ao outro, a emigração nipônica para a região Amazônica haveria de apresentar uma configuração diferente da de São Paulo:

Consta que a primeira solicitação de envio de emigrantes japoneses para a bacia amazônica fora feita em 1895 pela Toyo Imin Bocki Kaisha (Companhia Oriental de Emigração e Comércio), porém não se dispõe de dados concretos. O que efetivamente existe, segundo a Cronologia Handa, é um contrato assinado em 1898, mas não realizado, entre o governo do Estado do Pará com o representante da Toyo Imin Bocki Kaisha, Julio Benavides, para a entrada de três mil imigrantes japoneses. Na época a legação nipônica no Brasil manifestou opinião contrária à ideia, declarando: “O clima é inadequado para japonês viver”. Ao que parece, por isso, o projeto acabou sendo arquivado (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, 1992).

Nessa mesma época, imigrantes japoneses vindos do Peru ingressaram na região, atraídos pela prosperidade da economia da borracha, mas não se tem nenhum documento concreto e confiável sobre o número desses imigrantes e movimento (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil 1992).

Segundo Homa (2011), o processo de imigração japonesa para a Amazônia se deu oficialmente desde 1924, época em que a região amazônica enfrentava a decadência da economia da borracha, que se deu no início do século XX, a partir de 1912

e os administradores da região procuravam alternativas para sanar o problema e o caminho a ser seguido para a continuação do tão sonhado progresso seria o desenvolvimento da lavoura por meio da imigração japonesa, que foi pensada devido às notícias de que a experiência com o imigrante japonês estava dando certo no oeste paulista e com isso se deu a realização de duas frentes de imigração, no rio Acará, em 1929, no estado do Pará, no ano de 1930, em Maués, estado do Amazonas e em 1931 a terceira frente de imigração aconteceu no município de Parintins, em Vila Amazônia (HOMA, 2011).

A colonização das terras paraenses pela Companhia Nipônica Kanegafuchi Boseki Kabushiki Kaisha, em outubro de 1928, marcou o retorno a Belém de Hachiro Fukuhara, agora como presidente da filial Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha, conhecida como Nantaku, criada em Tóquio, em agosto do mesmo ano, com o objetivo de agilizar o contrato de cessão das terras do município de Acará, devido o prazo de concessão das mesmas expirar nessa mesma data. No entanto, os trâmites burocráticos eram um tanto quanto demorados, assim decidiram criar uma nova empresa de capital misto controlada pela Nantaku, e Hachiro Fukuhara assinou o contrato da concessão das terras em seu nome e assim juridicamente garantiu a posse dessas terras para depois transferir para a empresa que seria criada (HOMMA, 2011). Com isso foi criada a lei nº746, de 13 de novembro de 1928:

Por meio da qual o Congresso Legislativo do Estado do Pará autorizou o governo do Estado a contratar, “com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que viesse a organizar a instalação a exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas do Estado”, mediante determinadas condições reguladas na referida lei. O total de terras concedidas pela referida lei possuía uma medida de 1.030.000 hectares, assim distribuídas: “um lote com 400.000 hectares no Município de Monte Alegre”; “um lote com 600.000 hectares no Município do Acará”; um lote de 10.000 hectares no Município de Marabá”; “um lote de 10.000 hectares no Município de Conceição do Araguaia”; e um lote de 10.000 hectares na zona da Estrada de Ferro de Bragança” (HOMMA, 2011).

Em 31 de dezembro de 1928 foi lavrado o termo de concessão das terras e viação e fundada a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A, tendo um capital de quatro mil contos. “A Companhia manteve em Tomé-Açu uma estação experimental denominada Açaizal, uma fazenda de administração direta da companhia onde os trabalhadores desenvolviam experimentos agrícolas com diversas espécies vegetais”. Dirigida por Katsutoshi Naito (HOMMA, 2011. PP 61).

A possibilidade de se tornarem proprietários de terras equivalentes a 25 hectares, uma quantidade extraordinária em vista das terras que possuíam no Japão, os japoneses se encheram de entusiasmo e esperança, pois viam uma forma de mudar de vida. Desta forma, a partir do início do ano de 1929, deu-se início o recrutamento de imigrantes e Makinossuke Ussui foi nomeado coordenador geral para esse fim. (HOMMA. 2011).

No total de 43 famílias formado por 189 pessoas, com média de quatro pessoas por família, contratadas pela Companhia Nipônica, até o início de julho de 1929, foram embarcadas do porto da cidade de Kobe a bordo do navio *Montevideo Maru*, da companhia naval Osaka Shosen, em 26 de julho do mesmo ano. Estas famílias japonesas chegaram ao Brasil em 07 de setembro de 1929 e fez parada na cidade do Rio de Janeiro, logo depois embarcados no navio *Manila Maru*, pertencente à mesma companhia. Aportaram em Belém no dia 16 de setembro de 1929, às cinco horas da tarde. Por segurança devido o mal tempo na Baía do Guajará, os imigrantes desembarcaram somente no dia seguinte às oito horas da manhã, diante de uma multidão curiosa para ver o desembarque dos japoneses. Partiram de Belém com destino a colônia de Tomé-Açu, às cinco horas da tarde do dia 21, a bordo do vapor Tefé, da companhia de navegação Amazon River atuante na região, chegando no dia 22, às 8h30 ((HOMMA. 2011).

“Você fala em voltar para nossa terra, mas como é possível se ela fica a muitas milhas além daquelas ondas...” Assim os imigrantes a bordo do barco cantarolavam enquanto navegava o rio Acará, num saudoso anoitecer, onde havia euforia e nostalgia. Já se passava dois meses da saída do Japão e para eles simples camponeses, que conheciam somente sua aldeia natal, nada, além disso. A viagem pelo rio Acará era inacreditável e magnífica e aquela noite a jornada chegaria ao fim. Diante da mata virgem, os pensamentos se identificavam entre os imigrantes, agora seria o lugar que iriam viver, pensavam olhando a floresta que se estendia diante de si. De certa forma o medo era algo em comum entre eles, mas suas fisionomias nada identificavam tal medo, pois o japonês pouco se expõe emocionalmente, são duros e até passam uma aparência de insensíveis, no entanto, o medo, as dúvidas de como seria dali em diante suas vidas, os deixavam apreensivos e cautelosos, pois não faziam ideia do esforço que fariam para vencer na terra desconhecida que os aguardava. As crianças dormiam e as mulheres conversavam e bebiam chá verde com sua peculiar discrição atrás dos homens em forma de círculo, como de costume no Japão (TSUNODA, 1988).

Os primeiros imigrantes a chegar a Tomé-açu foram recepcionados com uma grande festa pelos funcionários da Companhia Nipônica, (ver figuras 3 e 4) e os colonos da região, ficaram instalados em um alojamento provisório construído especificamente para eles até a construção de suas casas. A Companhia apenas iniciara a derrubada da mata nos lotes designados aos imigrantes, eles teriam um trabalho árduo, porém a estrada de acesso já estava aberta, mas as construções das casas ainda estavam por fazer. Os imigrantes avançavam na recente clareira aberta para seus respectivos lotes de terras em uma infinidade de árvores nativas desconhecidas da floresta que se erguia ao longo do caminho (TSUNODA, 1988). Segundo Tsunoda,

“A cada quinhentos metros, ao longo da estrada, tinham sido abertos poços à razão de uma para quatro famílias. A distribuição dos lotes fora por sorteio.” (TSUNODA, 1988. P. 24).

Desta forma, a colonização da Amazônia se deu em meio a severas condições naturais, os imigrantes tiveram que desbravar as matas nativas, (Ver figura 5), enfrentando as adversidades e sofrimentos que impunham um lugar totalmente diferente do seu de origem. A colônia japonesa de Tomé-Açu, antiga colônia de Acará, fica situada a aproximadamente 230 km ao sul de Belém, capital do Estado do Pará (NIKKEY SHIMBUN, 2012).

Conforme narra Homma,

“a corrente migratória para a colônia de Tomé-Açu, que teve início com esse grupo de Manila Maru, estendeu-se até 1937, quando foi encerrada. Durante esse período, em 21 viagens, perto de 370 famílias, num total de 2.104 imigrantes, singraram os mares para chegar a essa colônia do Acará” (HOMMA, 2011).

Segundo Homma, em 1935 é decretada a falência da Companhia e o abandono das fazendas de campo experimental, entre elas a de Tomé-Açu, a Açaizal, resultando no cancelamento dos salários dos imigrantes e o cancelamento da imigração. Em meio ao tumulto que se configurou Hachiro Fukuhara compareceu para dizer a todos que a companhia estava falida. E que, diante do fracasso com o projeto do cacau e do não surgimento de uma alternativa agrícola, Kanegafushi Boseki Kabushiki Kaisha decidiu pela desistência do empreendimento da colonização no Pará, ficando, desse modo, evidenciado que a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil já era uma empresa

falida, e que a Kanebo, sua matriz, acabara de desistir do projeto colonizador do Pará. (HOMMA, 2011).

Uma notícia extremamente triste e preocupante para os imigrantes que depositaram toda a esperança de vida nova e um futuro melhor na volta para seu país de origem. A condição da região, como o solo impróprio para o cultivo do produto selecionado, o isolamento, as doenças, o clima, a mata fechada, entre muitos outros, contribuíram para o fracasso da companhia. Assim os imigrantes abandonados seguiram uns de volta para o Japão, outros foram para São Paulo; outros seguiram para o subúrbio de Belém e no total de 2.104 imigrantes, poucos continuaram em Tomé-Açu. (HOMMA, 2011).

Daí em diante como já não bastasse às dificuldades, agora caminhariam sozinhos... Sem a ajuda da companhia as coisas ficaram muito ruins, agora teriam de lutar por conta própria se ajudando uns aos outros como de fato acontece até os dias de hoje. Os imigrantes japoneses tiveram essa atitude, de ajudar uns aos outros no momento de dificuldade, nas poucas famílias que continuaram só não partiram por falta de condições financeiras e por já ter a família constituída de muitos filhos, ficava impossível sair da Colônia. No semblante a tristeza de verem parte do seu povo embarcar nos barcos que partiam a todo o momento do trapiche de Tomé-Açu, as pessoas indo embora sem saber o rumo certo, só queriam estar longe daquele “inferno verde”, mas os que ficaram obstinadamente ou sem opção, continuaram e fizeram da sua força de vontade a arma para vencer os desafios da Amazônia. (TSUNODA, 1988).

Sendo assim, o início de grande promessa para o Pará e Amazonas em meados da década de 20 e principalmente para os imigrantes japoneses vindos de tão longe, se tornou um pesadelo para os imigrantes órfãos da Companhia Nipônica (HOMMA, 2011). Assim, segundo Homma, muitos grupos de imigrantes seguiram três destinos:

“(1) Um grupo migrou para o estado de São Paulo ou retornou para o Japão; 2) outros se deslocaram e se estabeleceram no subúrbio da cidade de Belém; 3) menos da metade do total de 2.104 imigrantes permaneceram em Tomé-Açu, para onde transferiram também os colonos da companhia que se encontravam em Monte Alegre e Castanhal. Desse modo, no Estado do Pará, de 1937 a 1953, japoneses ficaram concentrados nessa colônia do município do Acará” (HOMMA, 2011).

Com isso os japoneses seguiram em meio a um período escuro em sua vida no Brasil durante a segunda Guerra Mundial, o Brasil se tornou aliado dos EUA e os japoneses foram tidos como espiões e passaram de certa forma a ser perseguidos pelas

autoridades brasileira, suas casas foram invadidas, saqueadas e queimadas. Alguns que haviam saído da colônia logo que a companhia abriu falência voltaram pra Tomé-Açu quando se tornou “campo de concentração”. Com mais de dez anos de convívio na Amazônia os japoneses já haviam formado laços de amizade e relações sociais, sendo assim, as prisões de lideranças por toda a região e a deportação para Tomé-Açu como campo de concentração, seria mais uma proteção para eles por parte das autoridades brasileira, não obstante dos prejuízos econômicos causados pelo confisco de bens dos imigrantes (HOMMA, 2011).

Em entrevista realizada com a senhora Isaura Sakaguchi, de 82 anos, (Ver figura 9), filha da Colônia de Tomé-Açu, nascida no dia 22 de dezembro de 1934 em Tomé-Açu, portanto, cinco anos depois da chegada dos primeiros imigrantes à Amazônia, esta conta que seus pais vieram em uma das primeiras levadas, o que nos leva a perscrutar de como os japoneses sentiram o período da guerra em que os EUA e Japão se enfrentaram, tendo como um dos seus aliados o Brasil. Dona Isaura narra o temor das autoridades brasileiras quando invadiam as casas dos imigrantes a procura de informações, armas e de uma possível espionagem dos japoneses em território brasileiro.

“O próprio delegado né. Ele chegava aí, entrava na casa e num contava dois. Ele rasgava os colchão de ponta a ponta, metia a faca e rasgava os colchão. Pensando que tem arma escondida né. E três pessoas se japonês encontrasse, porque, você sabe como é que é colônia; né? É longe um do outro né. As vez vinha aqui na cidade pra cartório e tudo né, aqui em Tomé-Açu né, aí o pessoal vinha, encontrava e se juntava duas a três pessoas e ia preso. Tava pensando que tava fazendo alguma coisa mal né.” (Isaura Sakaguchi, 82 anos - Boa vista/ Quatro Bocas).

Através da fala desta entrevistada, nota-se que Tomé-Açu viveu neste período momentos de tensão na colônia, pois os imigrantes não podiam nem sair de suas casas. Dona Isaura Sakaguchi conta que seu pai chegou a ser preso, como muitos foram. Na época não podiam se reunir nem em suas casas. Conforme destaca Tsunoda, viveram momentos de solidão, e sem notícias de sua pátria se sentiram abandonados literalmente. O desafio agora era continuar e adotar de vez o Brasil como sua terra, muitos não tinham mais pretensão de voltar e nem vontade com a notícia da derrota do Japão na guerra. Agora, Brasil e Japão seriam suas pátrias (TSUNODA, 1988).

Essa hostilidade para com os japoneses em decorrência da guerra não foi tão intensa em relação à colônia no Pará, os relatos dos colonos mais antigos nos mostram tal situação de privações, recolhimento e até mesmo saques em suas casas, principalmente nos que residiam em Belém, dão conta das perseguições e humilhações sofridas por eles,

no entanto sem um radicalismo extremo. As restrições eram variadas como vimos na fala da Senhora Isaura, eram impedidos de se reunirem membros da mesma nação, proibiam a comunicação entre os mesmos utilizando o seu idioma de origem e trocar correspondência. Foi um período penoso para os japoneses durante a segunda guerra, mas sua regularidade no convívio após o conflito passou a ser muito próspera a partir de então.

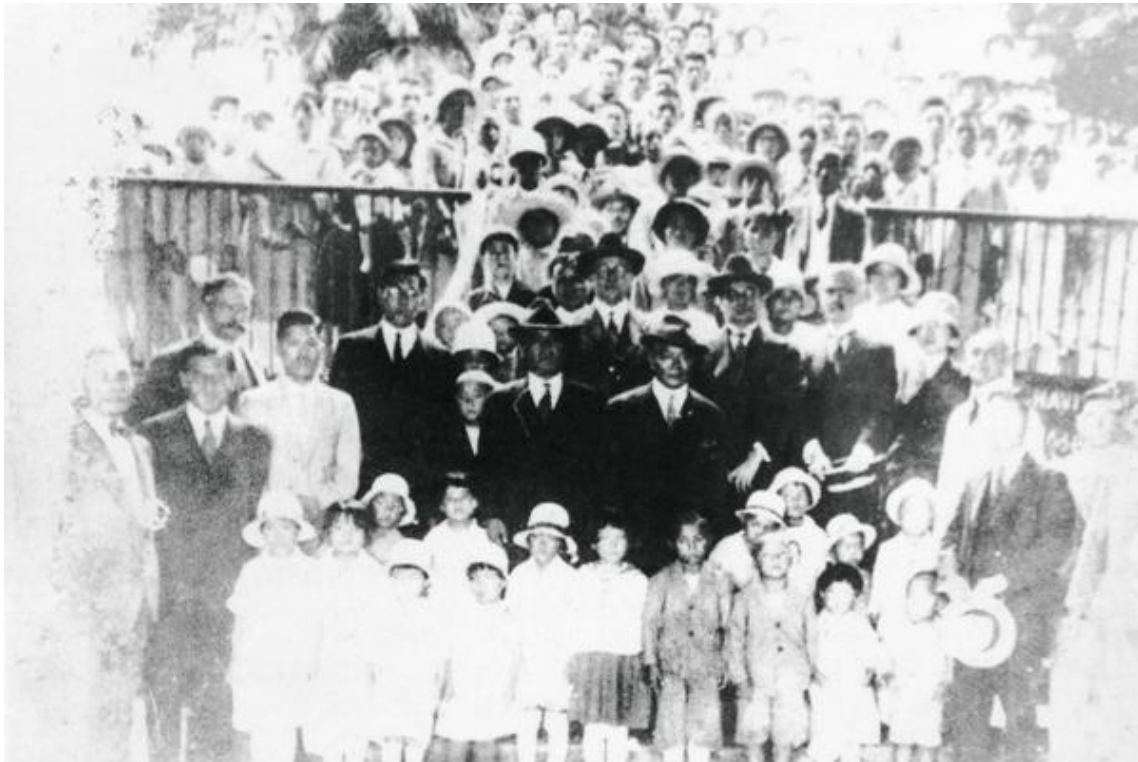


Figura 3: O primeiro grupo de imigrantes, em 1929 (Foto via Heitor e Silvia Reali/Revista Planeta).



Figura 4: Recepção dos primeiros Imigrantes no cais de Tomé-Açu (Fonte: NIKKEY SHIMBUN ,2012).



Figura5: Imigrantes na Derrubada da Floresta (Foto via Heitor e Silvia Reali/Revista Planeta).

1.2. O BENEFÍCIO DA PRESENÇA FEMININA NA IMIGRAÇÃO.

“Mulheres chegam ao Brasil desde a época colonial, mas se tornam mais visíveis (por mais numerosas) a partir das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, no que se convencionou chamar de período de migração de massa. Nesta época, Giovannas, Dolores e Marias principalmente, mas também Helgas, Yokos, Saras e Samiras desembarcam dos vapores que atracam nos portos brasileiros, especialmente o de Santos. Trazem consigo a cultura de sua terra natal. Cansadas pela longa e penosa viagem – com seus cabelos presos na nuca, vestidos de saias longas e rodadas, mangas compridas, avental, xale às costas, um lenço cobrindo a cabeça das mais velhas – deixam o navio carregando cestas, malas e tralhas. As mães equilibram-se com um filho no colo, outro pela mão. Na maioria são pobres, analfabetas ou semialfabetizadas, oriundas de áreas rurais e enfrentam a aventura migratória, movidas por projetos pessoais e familiares longamente acalentados em sua terra de origem. Se perguntadas sobre o que as motivava, responderiam simplesmente: “buscar uma vida melhor” (BASSANEZI, 2012).

Ao longo do tempo as mulheres vêm lutando pra sair do anonimato, reclusão e invisibilidade, independente de nome ou nacionalidade elas procuram construir uma forma de se integrar na vida da sociedade, quase na sua totalidade masculina, é uma forma

de serem mais vistas e menos privada sua identidade. Em um contexto de transformações sociais, demográficas, econômicas e políticas gera um intenso movimento humano que faz dessas mulheres personagens em pleno desenvolvimento no que diz respeito ao fluxo migratório em todo o mundo (BASSANEZI, 2012). É nesse contexto, segundo Bassanezi,

“São transformações que fazem com que excedentes populacionais acabem conduzidos às migrações oceânicas – facilitadas, por sua vez, pelo desenvolvimento das comunicações, pelo barateamento dos custos dos transportes, por redes sociais preestabelecidas e por políticas públicas que incentivam a saída dessas pessoas da terra natal, visando evitar ou diminuir convulsões sociais” (BASSANEZI, 2012).

O cenário no Brasil no século XIX pós-abolição da escravidão com o início de um regime republicano descentralizado fizeram com que a vinda de muitos imigrantes fosse possível devido à base sólida das políticas migratórias no país, possibilitando a vinda de muitas famílias, homens, mulheres com suas crianças capacitadas para o trabalho, na possibilidade da promessa de terem seu próprio pedaço de terra e a oportunidade de trabalhar em vários meios que o país oferecia, como no campo, principalmente nas grandes fazendas de café, na expansão das ferrovias e no desenvolvimento urbano industrial, atraindo imigrantes em grande escala vindos de quase todas as partes da Europa Ocidental, principalmente Itália, Portugal e Espanha nos meados dos anos de 1880 e uma parte da Europa Oriental, como os poloneses, judeus e ucranianos (BASSANEZI, 2012).

Natural da zona rural de seus países as imigrantes que chegam ao Brasil imigram na condição de mãe, esposa, filha de suas unidades familiares continuando nos núcleos coloniais, realizando as tarefas cotidianas praticadas nas aldeias de origem e trabalham sob supervisão do chefe da família: lava, passa, costura, cozinha, cuida da horta... A intensidade do seu trabalho independe do fato de serem ajudadas pelos outros membros da família, as mulheres participam de todo o trabalho na colônia, além disso, ainda dão conta das tarefas domésticas. “Elas assumem a chefia da família e/ou a condição de *“dona da terra”* com a mesma eficiência com que dirigem a casa. Chegam algumas vezes a diversificar sua atividade, somando às atividades agrícolas outras artesanais e comerciais” (BASSANEZI, 2012. p. 76).

A imigração japonesa se dá um pouco mais tarde, início do século XX, na qual a imigração na Amazônia, foco de nossa pesquisa, no ano de 1929 com a chegada das primeiras famílias de imigrantes japoneses. As mulheres que vieram na imigração

Japonesa, no geral tanto no século XIX quanto no XX, buscavam melhores condições de vida junto à sua família, a maior parte delas eram esposas em plena fase da vida adulta, algumas com filhos, outras ainda por dar à luz e gerando filhos no país que imigraram. O papel dessas mulheres, a permanência em um país estranho, o cotidiano que muito provavelmente se alterou, sempre obedientes e submissas, as mulheres japonesas souberam mais do que ninguém a luta que os imigrantes travaram na Amazônia e se quer reclamavam de algo, estavam ali sempre presentes ajudando no que precisasse, lutando sempre junto ao marido até o final (TSUNODA, 1988. p. 164). Segundo Tsunoda,

“ao lado de cada homem que viveu a vida de um pioneiro havia sempre uma figura de mulher que lhe emprestara apoio integral. Eram personagens que não apareciam em evidência, mas ousou afirmar que, sem a sua silenciosa presença, muitos dos grandes sucessos da colônia teriam sido absolutamente impossíveis” (TSUNODA, 1988. p. 164).

O dia a dia de labuta para as mulheres parecia normal, era um dia como outro qualquer não demonstrava cansaço, até depois que davam à luz a um filho não descansavam o tempo normal, iam pra roça ajudar o marido, acordava sempre na madrugada para preparar a refeição matinal da família. No decorrer do trabalho na roça iam até a casa para amamentar os filhos pequenos e fazer o almoço para as outras crianças e voltar ao trabalho na roça levando a comida do marido e dos que o ajudavam. Voltavam antes pra casa no fim da tarde para adiantar os afazeres domésticos e preparar o jantar. Assim era o dia a dia das mulheres japonesas que viviam na colônia de Tomé-açu não diferente das outras tantas que imigraram para o Brasil (TSUNODA, 1988).

O cotidiano na colônia de Acará tem a presença peculiar das mulheres, sempre havia na família um doente em casa, e a figura feminina sempre prestativa e solidária tentava ajudar da melhor forma possível - ora fazendo visitas, ora chamando as outras mulheres para suas casas. A companhia uma das outras era a forma que buscavam de descansar, pois não tinham nenhum lazer não importando a origem umas das outras, pois gostavam da companhia das outras mulheres da colônia, que com certeza influenciaram na cultura dessas mulheres ou também foram influenciadas pela cultura destas, todas tem a capacidade de entender o próximo, o diferente. A presença feminina na imigração sempre foi importante no que diz respeito à luta, trabalho e perseverança junto à sua família, principalmente também às mulheres na qual nossa pesquisa se reporta; muitos a veem como submissas, mas quando nos permitimos entrar nesse universo feminino percebemos que por traz de uma mulher aparentemente frágil, há uma mulher

guerreira e forte, um exemplo de força a ser seguido, cujas dificuldades nunca se deixaram abater ou vencer (TSUNODA, 1988).

Pode-se ressaltar que dona Isaura Sakaguchi é um exemplo dessa força. Filha mais velha de sete irmãos (três homens e quatro mulheres) do casal Wada, ainda menina, na idade de oito anos, começou a ajudar o pai na roça. Segundo a tradição do Japão era importante que o casal tivesse filhos homens invés de mulheres, pois mulher não aguentavam como um homem a rotina de trabalho na colônia. Assim, dona Isaura já ajudava o pai na roça, cortava árvores com o machado para abrir a mata para o cultivo da roça, a chamada derruba da mata. Segunda fala, não achava difícil, deixou de estudar para dar oportunidade aos irmãos mais novos e ficou como faria um filho homem, ajudando sua família até quando se casasse e formasse sua própria família. Quando questionada do porque não continuou os estudos ela riu e nos disse:

“Eu era a mais velha; né? Aí eu disse pro papai né, quando meu irmão voltar do estudo dele lá do ginásio, eu vou voltar a estudar também. Ele não deixou. Vai pra Belém né, vai se perder né, vai num sei o que, tu vai ficar porque tu é mulher.” (Isaura Sakaguchi, 82 anos - Boa vista/ Quatro Bocas, Tomé-Açu).

Nestas condições, além do trabalho, a vivência familiar, a luta diária pela realização do sonho familiar era demasiada pela própria sobrevivência. As mulheres japonesas enfrentavam o isolamento, fato novo em suas vidas, visto que em seu país suas aldeias rurais eram excessivamente povoadas. Na Amazônia, principalmente em Tomé-Açu, geralmente eram postas em espaços vazios e distantes um do outro, onde precisavam andar quilômetros para fazer uma visita ou pedir ajuda em caso de doença, por isso se sentiam temerosas ao se verem em terras desconhecidas. A migração de mulheres é marcada por discriminação e xenofobia, até os dias atuais são vítimas de preconceitos, como nos anos remotos, mas prosseguir é preciso (BASSANEZI, 2012). Como nos fala Bassanezi,

”a migração de mulheres não termina nos portos ou aeroportos de chegada. No Brasil do passado, a árdua viagem continua em direção às fazendas cafeeiras, aos núcleos coloniais ou às cidades. Quando nesses locais, não encontram as condições de vida e trabalho sonhadas, passam, com sua família ou sozinhas, a se movimentar dentro do território brasileiro, optam por partir para outro país (Argentina, por exemplo), ou, o que é mais difícil, retornam à terra natal.”. (BASSANEZI, 2012. P. 190).

No caso das políticas migratórias duras e limitadas e os poucos recursos econômicos disponíveis, o ir e vir, tomar outros rumos é de certo modo frequentes atualmente, são mais fáceis e fazem parte da vida de muitas mulheres imigrantes no Brasil. Na época da colônia de Acará muitas mulheres vieram em busca de trabalho, ou simplesmente acompanhando sua família na busca por melhores dias, quase sempre voltam para rever parte da família que ficou no lugar de origem, mas retornam a terra adotada, às vezes voltam para sempre à terra natal por terem conseguido o que buscavam ou tomam outro rumo por terem se decepcionado com as expectativas e experiências muitas vezes acabam ficando principalmente por causa dos filhos e na esperança de dias melhores (BASSANEZI, 2012).

Dentro da colônia de Acará muitas coisas sofreram alterações, hoje as mulheres já não são tão submissas e recatadas quanto na época da chegada dos imigrantes japoneses, principalmente seus descendentes, a mulher brasileira é mais independente e no Japão elas ainda se encontram em meio a uma sociedade firmada no patriarcado, onde muitas vezes são mal vistas ao agirem de forma mais liberal. Todas as mulheres tiveram a vida alterada, porém não há lugar para arrependimentos ou lamentações. Houve um crescimento na capacidade de entender o próximo, o diferente e bem como vencer os desafios de viver em uma terra estrangeira, isso vale não só para as japonesas, mas também para as outras mulheres que migram dentro do território brasileiro, onde a migração é uma marca histórica no país. É interessante pensar na força dessas mulheres, o quanto sua persistência e paciência lhes deram um lugar na História.

CAPÍTULO II

PIMENTA-DO-REINO “O DIAMANTE NEGRO DA AMAZÔNIA”

2.1 A EXPANSÃO NA COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU.

Com o fim da segunda guerra mundial muitos acontecimentos abalaram o mundo, isso nos reporta para a economia mundial do comércio exterior e alguns países produtores de pimenta-do-reino, principalmente o sudeste asiático haviam sido destruídos pela guerra, desta forma, a pimenta consumida no Brasil, quase totalmente importada, foi suspensa devido à guerra, fato que gerou uma propensa alta no preço dessa especiaria no país, despertando assim o interesse dos imigrantes da colônia de Tomé-Açu (TSUNODA, 1988). Ao conhecimento botânico da pimenta-do-reino, assim nos narra Filho,

A pimenta-do-reino, botanicamente conhecida como “*Piper nigrum* L.”, pertence à família das piperáceas e as variedades cultivadas, são geralmente monoicas. Suas flores, de tamanho reduzido, reúnem-se em espigas que recebe o nome de amentilho. Essas espigas situam-se no mesmo plano das folhas, porém em situação oposta. Não possuem perianto. Apresentam-se com número variável de estames: de um a quatro. O ovário é unilocular; o fruto, uma drupa ou baga de reduzido tamanho e forma globular; o caule, lenhoso na base, forte e arredondado.

As folhas da pimenteira apresentam-se estipuladas, inteiras e alternadas. São pecioladas, grossas, largas, ovaladas, de um verde carregado e lúcido. Tamanho de 10 a 20 cm de comprimento e de 5 a 10 cm de largura. As plantas, quando adultas e bem conduzidas, atingem de 2m, 50 a 3 metros de altura. (FILHO, Antonio Fornazier, 1986).

A pimenta-do-reino e o desenvolvimento do cultivo na Amazônia, mas precisamente no Pará, está relacionado com a imigração japonesa na Amazônia, mas apesar de creditada aos imigrantes japoneses em Tomé-açu em 1933, sua presença remonta desde os primórdios do Brasil ainda no século XIX. De acordo com Homma:

Em 1819, von Martins, na sua viagem pela Amazônia no período 1818-1820, observou a existência de pés de pimenta-do-reino nos quintais de Belém. Mas foi a partir do final da II Guerra Mundial, com a destruição dos pimentais da Malásia e da Indonésia e do estímulo forçado para a produção de alimentos para atender as tropas de ocupação japonesa, é que os preços da pimenta dispararam, levando a euforia para a colônia de Tomé-Açu, sem precedentes, como o ciclo da pimenta-do-reino. (HOMMA, 2004).

Desde o início da colônia de Acará a variedade nativa da pimenta fora experimentada, pois Fukuhara havia feito uma experiência com mudas de pimentas nativas do Brasil, porém não houve bons resultados, assim como o cacau que era a principal cultura introduzida pela companhia, não deram certo na colônia, mesmo assim alguns colonos cultivavam a pimenta, mas sem grande interesse. O presidente da

Nantaku, Hachiro Fukuhara, considerou a pimenta como uma segunda possibilidade depois do cacau. Assim distribuiu mudas aos colonos para experimentar, no entanto a variedade nativa tinha baixa produtividade e logo foi esquecida pelos imigrantes. Após a guerra a notícia da alta do preço da pimenta se espalhou pela colônia e na época da falência da Nantaku em 1935, o Sr. Kato e Saito foram os que ficaram responsáveis pelas mudas asiáticas da Estação Experimental de Açaizal trazidas de Cingapura por Makinossuke Ussui, funcionário da companhia (TSUNODA, 1988).

Segundo Homma,

Makinossuke Ussui nasceu em 1896 e faleceu em 16 de março de 1993, tinha 37 anos quando conduziu a 13ª turma de imigrantes para Tomé-Açu que, em abril de 1933, partiu do porto de Kobe e, durante a parada do navio *Hawai Maru* em Cingapura, teve a ideia de adquirir 20 mudas de pimenta-do-reino da variedade *Kuching*. Essas mudas foram cultivadas na Estação Experimental de Açaizal, sob os cuidados de Kozo Yoshida no qual apenas duas conseguiram sobreviver. Em 1935, quando a fazenda foi fechada pela Nantaku, com o encerramento de suas atividades em Tomé-Açu, Tomoji Kato (1898-1958), vindo na primeira turma de imigrantes, e Enji Saito (1891-1958), que veio na segunda turma, transportaram as mudas para seus respectivos lotes e foram os primeiros plantadores da pimenta asiática que se transformou em importante atividade agrícola na Amazônia, a partir da década de 1950. (HOMMA, 2011).

Ao longo da história a constante busca por especiarias, como a pimenta-do-reino, o cravo da Índia, o gengibre e outros, fora uma das razões na qual as grandes navegações, estimuladas pelos portugueses e espanhóis no século XV, levaram à exploração do Novo Mundo. A produção da pimenta do reino no Brasil, teve início por volta de 1811, quando foi trazida da Guiana Francesa, sendo esta primeiramente uma plantação de baixa produtividade, já a partir da década de 1950 houve sua expansão para a Amazônia com a atuação dos japoneses, no qual passaram a fazer os plantios na colônia de Acará, iniciando assim a fase da agricultura desta especiaria na região (HOMMA, 2011).

Nos anos seguintes ao fim da guerra, inicia-se o cultivo de pimenta-do-reino na colônia de Tomé-Açu, fato que tomou força e intensificou a formação dos pimentais em toda a colônia, substituindo, desta forma, a produção e cultivo do arroz e hortaliças. Sendo assim, a agricultura paraense é transformada com a lavoura de pimenta-do-reino, fato que gerou reconhecimento em torno da capacidade e eficácia dos imigrantes japoneses na peculiar sabedoria de tornar o solo pobre propenso à agricultura (HOMMA, 2011).

No decorrer das décadas de 1950 e início de 1960, a pimenta-do-reino ficou conhecida como “diamante negro”, devido as mudas da Ásia trazidas por Ussui serem conhecidas como pimenta redonda ou pimenta preta, daí se deu o apelido de “diamante negro”, também pela extraordinária alavancada que a pimenta deu economicamente nesse período para a agricultura paraense. O processo de sucesso da pimenta foi lento se descortinando somente no início da década de 50, as mudas que Ussui trouxera ficaram ociosas por praticamente duas décadas, “esquecidas”, no entanto foram cuidadas minuciosamente por Kato e Saito, ironicamente se não o tivessem feito isto, os resultados seriam bem diferentes e a história da colônia provavelmente tomaria outro rumo. Um golpe de sorte do acaso que favoreceu a lavoura da pimenta-do-reino e permitiu o sucesso e modificou a agricultura paraense, mostrando a capacidade e determinação desses imigrantes. (HOMMA, 2011).

A pimenta se transformou na principal atividade agrícola para a colônia e em pouco tempo praticamente todos da colônia estavam com sua lavoura de pimenta-do-reino. Com o êxito econômico proveniente da pimenta cultivada, os imigrantes passaram a usufruir da abundância que a cultura dessa especiaria trouxe para Tomé-Açu, com os resultados satisfatórios a pimenta tornou possível aos produtores japoneses de Tomé-Açu viver com certo luxo, coisa que nunca havia sido experimentada por eles até o momento. (HOMMA, 2011).

Conforme as afirmações de Homma, (2011):

Os imigrantes japoneses e os *nisseis* ganharam muito dinheiro, e isso refletiu na construção das casas, na aquisição de tratores e implementos, caminhões, carros de luxo para a época (...). Os estilos de casas que eram barracões de madeira com cobertura de cavaco, tiveram evolução para casas com dois pavimentos, tanto de madeira ou alvenaria, com cobertura de telha, telhados com cantos pontiagudos imitando construções japonesas, aparelhos domésticos, entre eles, rádio, geladeiras a querosene, viagens para São Paulo em aviões da *Costellation da Panair* e alguns até para o Japão. Era a prosperidade na selva que rapidamente os brasileiros procuraram imitar. (HOMMA, 2011).

Em entrevista com o Sr. Hajime Yamada de 89 anos, (ver figura 10), nascido no Japão em 1927, viera com seus pais na primeira leva de imigrantes no ano de 1929, então com dois anos de idade, é um dos sobreviventes da nossa história, no que diz respeito à imigração japonesa na Amazônia. Hajime, segundo ele significa primeiro filho da família (homem), porque seus pais tiveram três filhas antes dele, ele foi o quarto filho.

Desde cedo ajudava seus pais trabalhando na roça, fazendo parte dos grupos pioneiros desbravando a colônia e enfrentando os rigores da natureza, pois pra qualquer lado que se olhasse só se via floresta. Ele conta que sua família teve muitas plantações de pimenta e muita terra, ao todo tinha 250 hectares de terra distribuídos em várias localidades de Tomé-Açu e houve época em que tiveram 70 mil pés de pimenta-do-reino e pra mais de 120 empregados em época da colheita da pimenta. Todos foram beneficiados com a economia da pimenta, todavia seu Hajime nos conta que havia uma espera para poder ter lucro, segundo ele a pimenta só dava lucro com três anos de plantada e até lá eles enfrentaram muitas dificuldades, alguns ainda continuaram com um pequeno pedaço de terra para o cultivo das hortaliças e do arroz, e assim esperavam a pimenta-do-reino dar seu lucro. (Hajime Yamada, 89 anos, quatro Bocas, Tomé-Açu).

Seu Hajime nos fala da seguinte maneira sobre o início que foi de muita dificuldade para os imigrantes no plantio da pimenta-do-reino na colônia de Tomé-Açu:

Todo mundo sabia realmente que pimenta era de alta produtividade, era de alta rentabilidade alias, e bastante comercializada, mas acontece que naquela época nós não tinha condição de plantar pimenta porque era no mínimo três anos pra chegar na colheita e ninguém tinha condição de esperar três anos. Porque não tinha situação financeira adequada, morria de fome. Então plantava justamente a cultura de curto prazo como arroz, verdura que com quatro mês ta colhendo. Por causa do dinheiro, um sacrifício tremendo. Então todo mundo sabia que pimenta era um produto de alta rentabilidade. Agora depois da guerra então que começou já estabilizar mais economicamente e começamos plantar pimenta aí começou o preço também internacional né começou disparar, aí todo mundo começou plantar 50 pé, cada família era no máximo 50 a 100 pé. (Hajime Yamada, 89 anos, Quatro Bocas, Tomé-Açu).

Assim a pimenta no ano de 1947, que antes figurava como mais uma das culturas diversas na colônia, ocupou o terceiro lugar, seguido do arroz e dos legumes, em vendas, para nos anos seguintes toda a colônia voltar a atenção para a pimenta e a variedade nativa, que ocupava a metade da produção até então, foi substituída pela variedade oriental que era de maior produtividade. (TSUNODA, 1988).

Assim nos narra Tsunoda(1988):

A dificuldade no cultivo era mais um desafio que animava os colonos. Afinal, eles se consideravam os mais experimentados do mundo em agricultura tropical. A colônia de Acará atirava-se, agora, como um só bloco, à cultura da pimenta, com uma energia surpreendente para uma comunidade que há mais de dez anos vinha sofrendo sob o jugo da pobreza e doença. Parecia que os anos de sofrimento haviam temperado esses homens, acumulando neles uma energia secreta, que agora emergia como uma fonte. (TSUNODA, 1988).

Com os anos de espera para o crescimento da pimenta, significava aproximadamente três anos sem renda, e sem mais apoio da Nantaku os colonos precisariam de um apoio financeiro ou uma reserva própria para esses anos de espera, no entanto não podiam contar com isso. Então arriscaram tudo na nova empreitada que iria deixá-los temporariamente ainda mais pobres e com mais dificuldades, mas sem perder a confiança de um futuro promissor para todo seu povo e para a terra que agora adotara como sua. (TSUNODA, 1988).

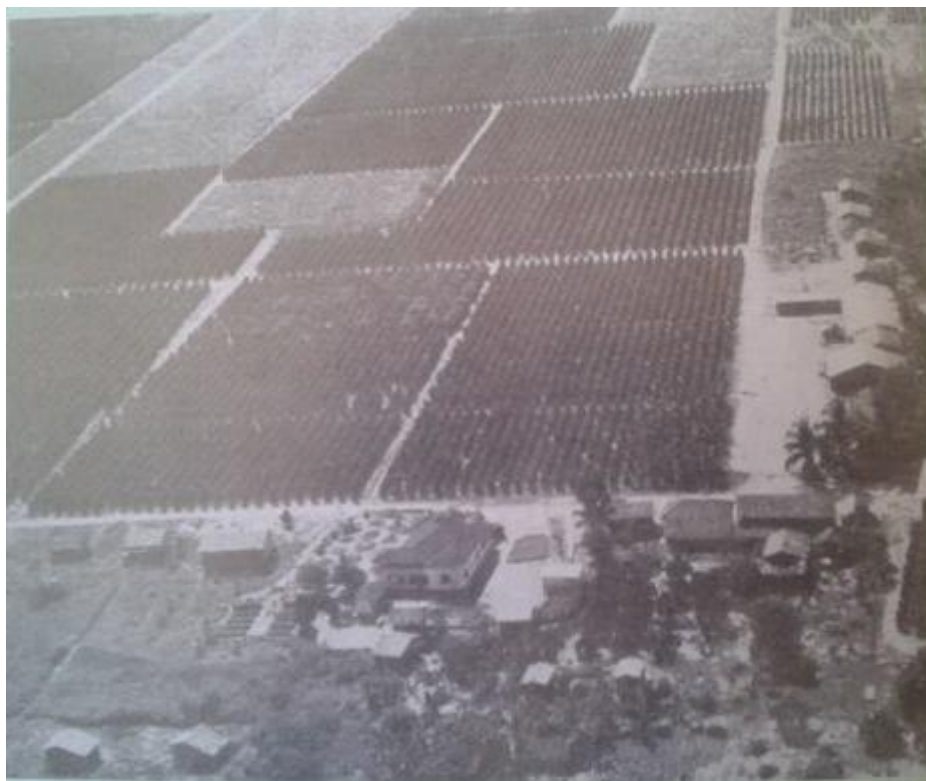


Figura 6: Fazenda na colônia de Tomé-Açu. Além de casas e depósitos, as plantações de pimenta-do-reino. Década de 50 (Fonte: NIKKEY SHIMBUN, 2012).

2.2 A FORMAÇÃO DO PIMENTAL

Sendo planta de região tropical, para o seu desenvolvimento, a pimenta-do-reino encontra em nossa região condições próprias tanto do solo quanto do clima, pois essa planta se adapta a diversos tipos de solos, como os de textura argilosa, leve e porosa e até mesmo pesada. (FILHO, Antonio Fornazieri, 1986).

A implantação de um pimental abrange várias fases de trabalhos, incluindo desta forma a participação de todos da família, homens, mulheres e crianças. As etapas

para sua formação se dar da seguinte maneira, primeiramente deve-se plantar de forma prévia as mudas da pimenta, em seguida a limpeza do terreno, a marcação da área de plantio, a abertura das covas e o levantamento das estacas. A importância das estacas se constitui pelo fato da pimenteira ser uma planta trepadeira e para a sua sustentação é necessário apoio firme, e as estacas de madeira são mais apropriadas e resistentes à podridão. (TSUNODA, 2011).



Figura 7: Pimental na Década de 1950-1960 (Acervo do Sr. Hajime Yamada).

O trabalho de extrair estações da mata e levá-los até a área de plantio era um trabalho bastante cansativo e penoso, pois no início o transporte dessas estacas era feito a carroça tracionada por animais. São retirados da mata, são pedaços de pau rachados de grandes árvores em forma de troncos com aproximadamente três metros de comprimento que são carregados nos ombros até o local de acesso do veículo de transporte, seu peso varia de quarenta a sessenta quilos ou até mais, dependendo da espécie de árvore que são retirados. Na época era muito difícil a extração e o transporte das estacas para a área de plantio, devido ser retirada das matas em grande quantidade, fato que tornava este trabalho muito difícil, pois não havia transportes adequados para sua locomoção,

sobrecarregando desta forma os colonos na realização do trabalho na área de plantio da pimenta. (NAGAI, 2002).

Akira Nagai, 76 anos, (ver figura 11), filho de imigrantes que chegaram à região em 1935, nos situa de forma bem clara o início dos trabalhos da formação dos Pimentais. Era de muito trabalho, e toda a família trabalhava com muito afinho,

Outro trabalho na mata é o de extração desses mourões que consiste em derrubar árvores, cortá-las em rolos de três metros que são rachados com o emprego de machado, cunha de ferro, marretão de ferro ou de pau, além de outras ferramentas. Essa, porém, é uma das tarefas preferidas pelos trabalhadores que gostam de fazer a empreitada por ser rendosa e realizada geralmente à sombra das matas. Exige, entretanto, como todo trabalho, prática e cuidado para evitar acidentes. (NAGAI, Akira, 2002).

Como podemos observar, a formação de um pimental depende muito da força de trabalho e certa experiência, pois tudo começa na mata a partir da extração das estacas de madeira e na época não dispunham de tecnologia, como um veículo motorizado, por exemplo, tudo o que tinham era a força de vontade de vencer e esperança de finalmente mudar a vida para melhor. Assim em 1949, Tomé-Açu inicia sua fase econômica mais próspera com a economia da pimenta-do-reino, destacando-se economicamente no Estado. (NAGAI, Akira, 2002).

O reflexo disso se via nas melhorias que houve na vida dos colonos consideravelmente, a fase do “diamante negro”, que segundo Homma pode ser descrita pelos valores extraordinários do preço da pimenta-do-reino. “Em 1955, quando o preço de um quilo de pimenta-do-reino valia Cr\$170,00 e a diária de um adulto Cr\$ 40,00, de uma mulher Cr\$ 30,00 e de um menor Cr\$ 16,00 a Cr\$ 17,00”. Ou seja, a despesa de um quilo, incluindo os preliminares do plantio era de Cr\$ 25,00, menos de 200 gramas pagavam todas as despesas de um quilo de pimenta-do-reino. Mas toda essa alavancada da pimenta, trouxe consequências, que segundo Homma, 2011:

O crescimento da produção de pimenta-do-reino trouxe como consequência a queda nos preços, por ser um produto inelástico, uma redução nos preços não provocava aumento no seu consumo. Os pequenos produtores que passaram a plantar pimenta-do-reino que aprenderam como empregados dos imigrantes japoneses enfrentavam melhor a crise dos preços. Primeiro pelo uso da mão de obra familiar, com uso de poucos insumos e da ausência da mecanização, a despeito de sua baixa produtividade, tinham um custo de produção bem reduzido. (HOMMA, 2011).

A pimenta transformou a colônia de Acará, o resultado satisfatório do cultivo trouxe prosperidade e mudanças na vida dos colonos e das cidades próximas. Houve necessidade de mão de obra e Tomé-Açu passou a acolher os muitos ribeirinhos dos municípios próximos e até de outros Estados, que passavam dificuldades financeiras e largavam tudo inclusive a família para tentar a vida em outro lugar que oferecesse uma chance de mudar a vida para melhor. (HOMMA, 2011).

Em entrevista com o Sr. Austriclínio Mendes, 89 anos (ver figura 15), conhecido popularmente em Tomé-Açu, como Seu Austri, fala como era na época do início da lavoura da pimenta-do-reino na colônia de Acará. Assim também, como fora difícil chegar a Tomé-Açu naquela época. Visto que no período, muitos trabalhadores da pimenta vinham do município de Cametá, cujas viagens só eram possíveis via marítima, através de rios, no início mediante a barcos “a remo” que duravam praticamente uma semana, com braçadas incansáveis, dia e noite, parando somente para fazer uma refeição durante o dia.

Fato ocorrido com o senhor Austri e sua família, oriundos do município de Cametá, vieram para Tomé-açu devido às dificuldades pela qual passavam principalmente depois que ele se tornou chefe de sua família, com a perda do pai, sendo assim veio em busca de melhorias como nos relata:

Nós viemos na primeira viagem a remo, com seis dias e seis noites remando aí chegamos, trabalhamos seis meses, voltamos pra lá e aí ficamos lá mais algum tempo, depois voltamos de novo, acabou o recurso lá, aí da segunda viagem já veio um rapaz que queria casar com nossa irmã então ele veio pra trabalhar pra arrumar também o dinheiro pra fazer o casamento. Trabalhamos mais sete meses aí voltamos pra fazer o casamento. Quando nós voltamos da primeira viagem nós não viemos mais a remo, a canoa nós levamos dentro do late, late grande que aguentava mais ou menos 60 a 70 toneladas, tava conduzindo tijolos para as primeiras construção da colônia. Trabalhamos nos pimentais e nas lavouras de arroz dos japoneses. Eu sempre ia buscar trabalhador pra trabalhar na pimenta, eu era empreiteiro, eu ia buscar. Teve vez que vim de lá com três barco grande, um trazendo 100 pessoas, outro trazendo 50 pessoas, outro trazendo 80, assim, três barcos um do lado do outro porque um só não cabia, quando terminava a safra, as vezes eu ia levar de volta até a outra safra. Isso era o início viu! O primeiro patrão foi o pai do Lauro Kato. (Austriclínio Viana Mendes, 89 anos – Tomé-açu, 11/07/2015).

Essa vivência na qual nos conta seu Austri era praticamente rotina no que diz respeito às pessoas que saíam de seus lugares pra tentar uma melhor condição de vida em outro local. Como nos relata, a maioria veio do município de Cametá, de canoa a remo e somente depois de alguns anos puderam trazer suas famílias. Os patrões japoneses eram

bons, pagavam bem, davam comida, mas o trabalho era árduo, só parava pra comer e no final do dia descansava pra depois no dia seguinte bem cedo pegar no batente de novo. Seus objetivos eram buscar melhores condições de vida para a família e mantinham uma relação de amizade e companheirismo uns com os outros, faziam amizade rápido, com facilidade, se ajudando no que fosse possível.

A fase do “diamante Negro” proporcionou melhoria para muitos dos que se aventuraram pelo rio Acará. Mas houve consequências desastrosas, assim como houve com os japoneses na chegada a Tomé-Açu. Alguns perderam a vida por acidentes nas matas, doenças como a malária que ainda acometia muita gente na colônia. Seu Akira Nagai conta que um dos trabalhadores de seu pai se feriu com uma lasca de ferro que se soltou da cunha na qual cortava pau na mata, perfurou seu abdômen e como demorou o socorro o homem acabou falecendo. (NAGAI, 2002).

Voltar para visitar a família era muito difícil, por isso vinham para trabalhar e economizar o máximo para que depois da safra da pimenta pudessem voltar e ajudar a família, esse era o objetivo dessas pessoas. Seu Austri fala que a cada nova safra da pimenta aumentava o número de pessoas vindas de outras localidades e os cametaenses eram a maioria, por maior que fossem as dificuldades, maior era a recompensa pensava eles. Seu Austri se tornou empreiteiro, como nos disse a cima, passou a buscar trabalhadores para a safra da pimenta com embarcações mais adequadas e Tomé-Açu começou a se expandir! A selva se abria para o progresso.

Assim Nos narra Seu Austri os tempos áureos da pimenta-do-reino em Tomé-Açu em sua obra intitulada: *Tomé-Açu da minha memória*:

O agricultor japonês que nesse tempo era patrão/ plantava pimenta-do-reino que dava mais produção/ Em junho e julho era o tempo de limpeza no pimental/ a colheita da pimenta-do-reino já estava pra começar/ Duravam três meses a colheita da pimenta/ homens e mulheres trabalhavam/ era gente de todo lado/ que pela colônia passava/ até de outros Estados na colônia se encontrava/ a colheita da pimenta começava com a catação/ só terminava em outubro depois da varrição. (MENDES, 2014).

Desse modo podemos perceber o quanto a expansão da lavoura de pimenta-do-reino na colônia de Tomé-Açu foi de tamanha proporção, tanto em termos econômicos, quanto aos estímulos dos outros moradores da colônia e das outras regiões

próximas à Acará, lhes proporcionando trabalho e renda, mas sempre acalentando o sonho de voltar para seu lugar de origem, os versos do seu Austri nos reportam a esse tempo de trabalho na colheita da pimenta-do-reino na colônia de Tomé-Açu.

Quando em 1950 o mercado mundial da pimenta se expandiu os imigrantes gozaram de uma vida econômica bastante favorável e com a produção do “diamante negro” o Brasil atingiu a autossuficiência no ano de 1955 e seu auge na década de 1970, significando mais de 35% do valor da exportação do Estado do Pará, para que assim fosse reconhecida a expansão e conquista que esses imigrantes trouxeram à Amazônia. (HOMMA, 2011).

As mudas de Cingapura que ficaram esquecidas na estação experimental de Açaizal preenchiam os campos a perder de vista, onde até alguns anos só havia mata fechada, agora davam lugar a um “mar verde”, cuja luz do sol refletia no horizonte, refletindo também a alegria nos rostos das pessoas que conheceram o sofrimento, a luta em tempos funestos e quase não podiam acreditar em tamanha mudança, trocando impressões que só eles com uma emoção peculiar poderiam compartilhar, parecia um sonho. “Muitos japoneses de primeira geração consideram a humildade que aprenderam em sua terra como a virtude máxima debaixo do céu” (TSUNODA, 1988).

É importante destacar a força de vontade e persistência dos imigrantes da colônia de Tomé-açu, seguiram adiante juntos, homens, mulheres e crianças em uma jornada de trabalho árdua que mais tarde lhes daria a verdadeira conquista, não de ter vencido às adversidades e sofrimentos, mas a aceitação da terra estranha como sua terra e ao povo de origem o orgulho de fazer parte desta terra chamada por muitos de selva.

CAPÍTULO III

A COLHEITA DA PIMENTA DO REINO E A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NO PIMENTAL

3.1. O DESAFIO DA MULHER NO CONTEXTO TRABALHO E FAMÍLIA.

Não se pode negar, como afirma Rago, a produção historiográfica sobre as mulheres toma como início a referência teórico-metodológica, posta no conteúdo epistemológico da história social marcada pelo marxismo. Esta autora aborda de forma clara e ampla as mulheres nos estudos da história, nos quais adquirem estatuto próprio, se afirmando na área de interesse acadêmico. A presença feminina na historiografia se torna impactante, pois passa a questionar a história centrada do conceito de homem enquanto sujeito universal, mostrando a quebra do sexo e a mulher não como um ser único, e sim se pensa-las “enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram” (RAGO, 1995).

Segundo Rago, (1995):

Além disso, o impulso feminista desta produção evidencia-se na vontade de provar a capacidade criativa das mulheres enquanto sujeitos sociais capazes de fazerem a História, de investirem contra as múltiplas manifestações do poder, e enquanto elaboradoras de iniciativas, de forma de percepção e de experiências que merecem ocupar lugar na memória social, tanto quanto as masculinas (RAGO, 1995).

Se por um lado se ganha com esse surgimento da produção acadêmica, por outro é preciso se atentar para esse processo de uma abordagem teórico-metodológica demasiada em “provar a capacidade de resistência e luta dos subalternos, entre os quais, as mulheres”, atribuindo a elas até mesmo certa dose de onipotência. (RAGO, 1995).

Sabemos que nos tempos atuais a mulher está conquistando muitos dos seus direitos reivindicados no que diz respeito ao **espaço** no mercado de trabalho tal qual à igualdade de direitos e deveres junto à sociedade. Ainda há certa resistência na realização do conceito de **gênero** na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que se observa um avanço no uso desse conceito nas outras ciências, assim se tenta evidenciar que as relações espaciais são sexuadas por haver espaços na sociedade brasileira construídos culturalmente como masculinos e femininos (SILVA, 2003).

Para Rago (1998), a construção social e cultural das diferenças sexuais define “gênero”. A autora nos situa da seguinte forma:

O gênero tornou-se um instrumento valioso de análise que permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana com que vínhamos trabalhando, impulsionados pela pressão dos próprios documentos históricos (...). Entendo também que a categoria do gênero não vem substituir nenhuma outra, mas atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais. Neste caso, a dimensão sexual (RAGO, 1998).

Fica claro que as mulheres tem uma leitura do mundo bastante diferenciada dos homens que requerem e recortam o espaço de outra maneira, ou seja, a partir de uma perspectiva particular, assim podemos abrir novos espaços para temas não pensados ou problematizados e as novas formas de construção das relações sociais nunca imaginadas pelo universo masculino. Fundamentalmente é importante perceber a construção das diferenças sexuais históricas determinadas culturalmente, o espaço se abra às multiplicidades e novas subjetividades de uma forma mais livre. (RAGO, 1998).

Independente de nomes ou nacionalidades pode-se perceber a luta da mulher em sair da posição de reclusa e anônima na história, e com muito esforço vem construindo uma forma mais completa de vida e uma identidade menos mutilada. Segundo Del Priore, “a história das mulheres é da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura e das suas imagens frente à sociedade” (DEL PRIORE. 2002).

No Brasil a partir do descobrimento e da colonização, a posição da mulher brasileira na família não difere da vivida por outras mulheres no mundo ao longo do tempo. De acordo com Del Priore (2002), houve uma adaptação da família brasileira, com características patriarcais e tendências conservadoras no seu meio colonial, enfatizando a autoridade do pai e do marido na organização da estrutura familiar colocando a mulher em um papel mais limitado no que se refere o âmbito familiar, ou seja, ao se casar a mulher passa da proteção do pai para o marido realizando a partir daí tarefas que lhes fora destinada, como as ocupações domésticas e cuidado com os filhos. (DEL PRIORE, 2002).

O trabalho doméstico é de total responsabilidade da mulher e fundamental na vida da sociedade com seu funcionamento e reprodução, se torna um peso nos ombros da mulher e também na sua identidade, que segundo PERROT, (2015): “a dona de casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa” (PERROT, 2015).

Segundo Perrot,

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda, em suas práticas e em seus agentes. (PERROT, 2015).

As indústrias de utilidades domésticas ao longo do tempo modificaram completamente o trabalho doméstico. Houve uma amenizada na labuta do dia a dia por conta desse aparato doméstico que permitiu a dona de casa ser uma profissional, uma mulher elegante que toma conta da sua casa como um engenheiro, sem, no entanto deixar de gerencia-la, os filhos e seu cotidiano continua, “de tal forma que o doméstico continua a pesar na agenda das mulheres”. É nesse desafio trabalho e família que podemos perceber a importância da mulher no momento de tomada de consciência da importância do trabalho doméstico na vida das famílias e das sociedades sem, no entanto, deixar de ressaltar a invisibilidade impostas a essas mulheres, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente do lar, da família. (PERROT, 2015).

Del Priore nos fala da importante história de nossas mães e avós, que serve para que continue existindo, essa é a função primordial da história. “Não cabe fazer a história das mulheres por meio de erros ou acertos sobre o seu passado”, mas descobrir as várias situações de conflitos, contradições que se estabeleceram entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade na qual foram postas em épocas diferentes, percebendo o quanto foram de fundamental importância na construção do seu país, da cultura e de sua contribuição de coragem e amor ao longo do tempo. (DEL PRIORE, 2001).

Segundo a autora,

De sua contribuição no passado, contribuição feita de coragem, amor e criatividade, nasceu a mulher que hoje aí está transitando de um papel social a outro, sendo simultaneamente mãe, amante, mulher, profissional, enfermeira, professora, cozinheira, enfim... Tudo! Mulher que procura afastar os seus entes queridos do gosto amargo da vida, oferecendo-lhes leite, mas também mel. Afinal, no começo de nossas sociedades, era a mulher, a mãe; o verbo só veio mais tarde! (DEL PRIORE, 2001).

Para as mulheres, segundo Del Priore, é mais importante a questão de sua identidade do que propriamente a “guerra dos sexos”, o de opor-se aos homens. A grande maioria quer a realização no trabalho e a relação com a família cujo tempo é de novos

desafios e como vencê-los e estruturar o futuro, preservando sua identidade e sua autonomia. (DEL PRIORE, 2001).

3.2 MULHERES NA COLHEITA: MODELO DE LUTA, ESFORÇO E COMBATIVIDADE.

Nesse contexto nos reportamos para o início da imigração na Amazônia, onde as mulheres eram como vimos ao longo dos estudos, minoria, mas determinadas e obedientes ao marido, não somente ao cônjuge, mas à sua família num todo. Reservadas buscavam inspiração na própria família como parte de sua luta por melhores dias e sobrevivência. Essas mulheres eram o sujeito à parte na história da imigração japonesa na Amazônia e não poderia deixar de ser lembrada e reconhecida na história de luta e desafio desses imigrantes. (TSUNODA, 1988).

Junto a esses homens lutadores havia sua família e no seio dela a mulher, cuja luta era igualmente árdua ao lado do esposo, lutaram até o fim juntos e mesmo nas dificuldades não desanimavam, sempre servis ao marido, se dirigiam a eles sempre respeitosamente, uma virtude peculiar da cultura japonesa, a força de vontade e inteligência que as fazia tomar decisões que até surpreendia o marido. Submissa, recatada, mas que também eram dotadas de personalidade própria e independente, sendo o braço direito do marido, que não ficavam atrás dos homens no trabalho da roça e ao mesmo tempo não se descuidavam dos afazeres do lar e das crianças. A dupla jornada de trabalho era comum para essas mulheres, fundamental para a estabilidade da família (TSUNODA, 1988).

No que se refere às mulheres da colônia de Tomé-Açu e de tantas que vieram de outras localidades com suas famílias, podemos perceber o quanto aprenderam com os imigrantes; a cultura de ambos os povos se harmonizaram, pois nunca deixaram morrer seus costumes, tanto das mulheres brasileiras quanto das japonesas. No início parecem isoladas, mas que ao longo do tempo se organizam até espontaneamente, pois a convivência com a cultura do outro os aproximaram. (TSUNODA, 1988).

Segundo o autor José Luiz dos Santos, “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”, “é uma preocupação contemporânea”, bastante viva atualmente em entender os vários caminhos que levaram “os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro”. (SANTOS, 2006).

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. (SANTOS, 2006).

Desse modo percebe-se que faz sentido os agrupamentos humanos viver sua cultura, pois são resultados de sua história e a relação com as condições de sua existência, esses estudos da cultura contribuem no combate ao preconceito das relações humanas. Compreender a cultura do outro exige pensarmos na interação de “diversos povos, nações, sociedade e grupos humanos”, pois se não houvesse essa interação, não haveria motivos para considerarmos variedade alguma. (SANTOS, 2006).

No processo de prosperidade da colônia de Tomé-Açu por parte da cultura da pimenta-do-reino, famílias inteiras, de várias localidades, cuja realidade cultural desses grupos se fez conhecerem juntamente com as variações que neles eram peculiares, já se encontravam na colônia na época da safra da pimenta, e as mulheres passaram a ter um papel muito importante no que se refere à jornada de trabalho de toda essa gente. Sr. Hajime Yamada nos fala em entrevista do quanto a cultura dos japoneses influenciou o cotidiano, a vivência dos brasileiros e a mulher encarava com muita coragem a jornada de trabalho:

Mulher era muito trabalhadeira, acordava bem cedo pra fazer as tarefas do dia e depois ia adubar pimenta, capinava, tudo mulherada fazia, principalmente cametaense, era trabalhadeira com a inchada, cavava buraco pra adubar e era boa de apanhar pimenta. Tinha umas que apanhava cento e tantos quilos por dia hein! Ganhava o triplo dum homem. Toda família ganhava e tinha uma família que trabalhava pra nós, que era família de Caratinga, era Benedito o nome dele. Tinha parece que seis filhos e no dia de apanhar pimenta era um sucesso, tudo ele colocava pra apanhar pimenta e quando era de tarde fazia a

festa. Cametaense é um povo manso, bom de coração, não era ganancioso, não tinha ganância de ganhar muito dinheiro.

Assim as mulheres seguiam sua vida, trabalhando tanto quanto qualquer homem trabalhava, eram capazes de executar as tarefas domésticas e também ajudar a família com a renda da pimenta que apanhavam e se eram em algum momento frágeis, isso tudo se esquecia na luta pela bem estar da família.

Pinto nos fala que “o momento do sobreviver é o momento do poder. É no âmbito da luta pela sobrevivência que se evaporam a fragilidade e a dependência das mulheres”. Da mesma forma podemos perceber através das pesquisas o sofrimento, angústias de mulheres calejadas e envelhecidas pela dureza do dia a dia (PINTO, 2004).

A elas estão designadas as tarefas ditas mais leves dos trabalhos da roça. Mas a elas também cabe o ato de gerar, parir, cuidar e alimentar os filhos. Atividades que se acumulam ultrapassando as barreiras da noção de leves, ganhando uma densa complexidade, mas possível para essas mulheres, que na labuta do cotidiano, na luta pela sobrevivência tornam-se fortes, independentes e detentoras de poderes. (PINTO, 2004. P. 137).

Segundo a autora, esses poderes são os saberes que essas mulheres acumulam ao longo do tempo de vida e que as tornam fortes ainda mais para propagarem seus saberes cotidianos e dominar praticamente tudo no que se refere a trabalho e com o passar dos anos adquiriram conhecimentos e se igualaram aos seus companheiros sem grandes atritos. Singelas e modestas, e juntos deixam “na memória de seus descendentes a história de constituição de seus povoados” (PINTO, 2004).

Dona Joana Maria da Silva, de 91 anos, (ver figura 14), é natural do Estado do Maranhão, fala que veio pra Tomé-açu em 1953 já casada e com seis filhos, seu marido trabalhou com o Sr. Sawada, pois “japonês” dava moradia também, além de trabalhar os colonos moravam e por isso aprendiam logo lidar com o pimental e com a roça de hortaliças dos japoneses. Em pouco tempo o marido de Dona Joana, o Sr. Raimundo da Silva, arrumou um terreno na Agua Branca, depois que veio do Arraia vítima da malária, com toda a família. No caminho pegou carona com o Sr. Ney Brasil que era o prefeito de Tomé-Açu. Ela diz que tiveram sorte, pois desde então Seu Ney, como era carinhosamente chamado, passou a ajuda-los, não só a eles como os muitos outros que chegavam a Tomé-Açu.

Nós fomos trabalhar no nosso terreno plantando arroz, mandioca, pimenta. O nosso pimental era pequeno a gente ia ajudar ele, eu e as crianças. Não tinha

trabalhador com a gente, então Raimundo foi buscar três irmãos meu, meu pai, minha mãe, chegando eles se animaram porque pra lá onde moravam, eles trabalhavam em capoeira alugado dos ricos e é cercado por causa dos animais, vida muito dura. Foram pra arrancar mandioca, nós passamos um mês lá dentro fazendo farinha. Aí quando nós terminamos de fazer a farinha eu vim pra cá, nós tinha uma casa que seu Ney nos deu. Quando a gente chegou ele disse assim: Eu vim aqui, nós tinha essa casa que eles nos deram, morrer de fome é que eu não vou. Ele ficava brabo de trabalhar lá pra me sustentar e eu aqui na rua. E eu disse pra ele: Tu aguenta, o pessoal tudo tem terreno lá e a família tá aqui também. Eu tinha que ficar no pimental, cozinhar, cuidar de filho e de marido, quase não tinha folga. Cada um apanhava pimenta pra si, quando chega de tarde japonês pega e vai pesar e marca, e no fim de semana paga. (Joana Maria da Silva, 91 anos).

Nem tudo foi como haviam planejado ou sonhado, passaram muitas dificuldades. Seu Ney conseguiu trabalho para Dona Joana no posto de saúde como servente. As agruras da vida na mata não é qualquer pessoa que suporta, os japoneses são um exemplo de superação, sem dúvida alguma e Joana como muitas mulheres que vieram pra Tomé-Açu passou por muitas dificuldades para continuar suas famílias. Pois é importante ressaltar que muitas mulheres foram abandonadas pelos maridos ou companheiros. Dona Joana foi uma dessas mulheres, o marido, conforme conta, “um belo dia chegou, pediu pra arrumar as coisas dele que ia embora e não era pra ir atrás dele, vendeu o terreno e pegou todo o dinheiro”.

No entanto, muitas dessas mulheres conseguiram dar prosseguimento as suas vidas, como fez dona Joana, que passou a driblar os problemas, como a falta de dinheiro e segurança. Na safra da pimenta as mulheres iam para o pimental junto com seus filhos, pois elas eram as que mais conseguiam apanhar pimenta, os japoneses admiravam a força de vontade das mulheres, combatiam sem hesitar o trabalho de um dia todo e ainda cuidavam dos filhos e das refeições do marido, se desdobrando com muita luta para que nada lhes faltasse. (TSUNODA, 1988).

Joana passou a cuidar sozinha dos filhos, continuou trabalhando no postinho e nunca deixou “a peteca cair”, segundo afirma. O marido nunca a ajudou depois que a abandonou, e ela conta que também nunca foi atrás e nem implorou para ele ficar:

“minha filha, nessa vida a gente não cresce sem o sofrimento. É no sofrimento que a gente tem a vitória, a gente pra chegar lá (no céu), tem que atravessar os espinhos, o céu é logo ali, mas temos que passar pelo sofrimento” (Fala de dona Joana Maria da Silva, 91 anos).

Muito sábia Dona Joana, com sua história de vida não difere as de tantas e tantas mulheres migrantes no Brasil que passam por situações constrangedoras ao se verem sozinhas, sem um companheiro.

Perrot (2015) nos fala do deslocamento de mulheres, a suspeita pesa sobre elas, por serem sozinhas e alguns locais na sociedade as recusam. As migrações se tornam definitivas com a chegada das mulheres, os homens partem primeiro e a sós, depois vêm elas, pois mantêm as tradições e os hábitos, tanto da cozinha como do religioso. (PERROT, 2015).

Tomé-Açu acolhia as mulheres com suas famílias, a colônia japonesa passou a ter somente mão de obra dessas pessoas, e na época de colheita da pimenta, conforme conta o senhor Yamada, era bonito de ver aqueles pimentais repletos de gente trabalhando, desde mulheres a crianças. Assim nos fala:

Todo mundo sabia que pimenta era um produto de alta rentabilidade, muda da companhia foi distribuída para os imigrantes, aí todo mundo começou plantar. Com o tempo tudo era pimental. Bonito de ver toda aquela gente trabalhando na colheita, homens, mulheres e crianças naqueles pimentais que perdia de vista, muito bonito. (Fala do senhor Yamada, 89 anos).

Sr. Yamada fica com os olhos brilhando narrando toda essa história do início da cultura da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, sabe de toda a história e é muitas vezes solicitado para dar palestras sobre a história de Tomé-Açu e a trajetória dos que aqui chegaram para trabalhar na colheita, como os cametaenses.

Os entrevistados da pesquisa dizem lembrar que o povo cametaense era muito trabalhador e alegre, sempre solícito no que fosse preciso. A senhora Isaura Sakaguchi nos contou que as mulheres que apanhavam pimenta eram muito espertas e boas de serviço e sempre a colheita era bem maior que as dos homens, elas eram dedicadas (Isaura Sakaguchi, 82 anos).

Naquele tempo moleque de cinco e seis anos já apanhava pimenta, as mães levavam seus filhos tudo, a parte mais baixa onde tinha os cachos maduro a gente tinha que abaixar pra apanhar, aí aqueles meninos apanhava né. Levava uma panela velha e apanhava um quilo, dois quilos. Pra eles (os pais), já era vantagem né. As mulheres eram muito alegres né, muito trabalhador, conversavam muito, mas não deixavam de apanhar pimenta, contava os casos e riam até né, quando via já tinha um monte de saca cheia. .

Dona Isaura Sakaguchi recorda com alegria o tempo que havia muitos trabalhadores nas terras de seu pai e de como se divertiam, mesmo trabalhando muito, conviviam com respeito e sempre as pessoas eram solícitas umas com as outras, apesar da labuta do dia a dia.

Essa forma de viver a vida, sempre na luta do dia a dia e com alegria de viver, também fez parte da história de Benedita Silva Marques, “Tia Bené”, 87 anos de idade, (Ver figura 13), uma acaraense, nascida em 01 de julho de 1929, conforme contou, é descendente de português, seu pai veio de Portugal e aqui no Brasil conheceu a esposa cearense. Vieram para o Pará, onde se estabilizou, tia Bené diz que nasceu em Acará, e de lá saiu já casada para Castanhal, veio para Tomé-Açu em meados de 1960, quando este lugar já estava emancipado e no auge da economia da pimenta-do-reino. Seu marido era comerciante e comprou um terreno de uma japonesa viúva e aqui viveram. Tia Bené, conta que depois que ficou viúva passou a morar sozinha nesse mesmo terreno, a casa já não é a mesma de quando compraram. Era de arquitetura japonesa, era grande, dois andares e de madeira “muito bonita”. Lembra que ficou muito triste quando derrubaram para construir de alvenaria.

Era uma casa muito bonita, de dois andares, toda de madeira. Dava pra apreciar o rio lá de cima, todo brilhoso o chão era, tinha muitos compartimentos, bastante grande, espaçosa. Meu filho que era engenheiro veio e disse que ia derrubar, pois estava muito velha. A gente constrói outra mais bonita minha mãe. Eu disse: Eu quero igualzinha essa aqui, se não for igual esta não vou querer que derrube minha casa. Aí ele começou a derrubar pra fazer a outra, mas teve q ir pra Belém e eu também tive que ir pra Belém e fiquei muito tempo cuidando da saúde. Quando voltei já estava feita esta aqui, fiquei braba, mas não tinha mais jeito, fiquei muito triste, gostava muito da minha casa. (Benedita da Silva Marques, 87 anos).

Benedita Marques não chegou a ter terra em Tomé-Açu, somente casa de comércio, e como pudemos perceber, gostava muito da casa que morava, se apegou e foi difícil acostumar com a nova casa de morada, mas sua ocupação com o dia adia das tarefas domésticas, o cuidado com a família lhe fez seguir sem sua casa de dois andares, todavia quando o marido saía para o trabalho, onde passava o dia só voltando à noite, a entrevistada conta que pegava o barco no porto perto de sua casa e ia com as outras mulheres apanhar pimenta, escondida do marido:

“era muito divertido, a gente ria, escutando as conversas umas das outras, nos divertíamos muito” (Fala de Benedita Silva Marques, “Tia Bené”, 87 anos de idade).

Dona Benedita conta que nesta mistura de travessura, aventura e trabalho acabava apanhando uns dois sacos de pimenta no dia. Realidade que parece ser comum no que diz respeito às mulheres. Pois, conforme relatam vários entrevistados, as sacas

contendo os cachos de pimentas provenientes do trabalho das mulheres eram mais pesadas que as dos homens, e isto eram motivo de orgulho para elas.

Menciona-se que o processo de colheita da pimenta-do-reino é manual, colhendo as espigas ou cachos quando os frutos estão entre maduros e esverdeados e no Brasil o período de colheita é feito em duas épocas distintas, sendo a primeira nos meses de março e abril e a segunda nos meses de outubro a novembro (FILHO, 1986).

No auge da plantação de pimenta, famílias de quase todas as gerações vieram para Tomé-Açu e alguns permanecem até hoje. É o caso da Sra. Luiza Antônia dos Prazeres, de 99 anos de idade, (Ver figura 12), nascida no dia 25 de agosto de 1916 e preste a completar seu centenário de vida. Dona Luiza Antônia contou que veio no início da década de 60, devido que muitos de seus familiares já se encontravam em Tomé-Açu, alojados nas terras dos japoneses. É casada, mãe de sete filhos, sendo que um dos seus filhos faleceu já adulto. Dona Luiza nos relata a forma organizada que era a colônia, o já então município de Tomé-Açu, o mesmo viera a ser emancipado no ano de 1959. Todos que chegavam eram levados à delegacia de polícia para preencher um formulário relatando tudo a respeito da família: Quantos eram; os nomes e cidade de origem; em qual terra iam trabalhar; nome do patrão. Ela narra da seguinte maneira:

A delegacia já era pra cá neste mesmo lugar que é hoje, a gente subia aí e quando chegava a pessoa, com a família, por exemplo: Quando a família ia lá dava os dados de todas as pessoas da família dele né, de quando ele entrava, quantas pessoas vinham, nome tudo, com quem ia trabalhar, o quilômetro que ele ia trabalhar, tudo tinha que relatar. Quando saía a gente ia dá baixa na delegacia. Porque nesse tempo tinha muita gente aqui, mas muita. Eles faziam assim pra quando as pessoas viessem procurar, achar alguém da família sabiam se estava aqui ou não, aí lá na delegacia eles davam o endereço. (Luiza Antonia dos Prazeres, 99 anos).

É importante ressaltar que se tentou verificar esta documentação que se refere dona Luiza Antônia dos Prazeres, mas infelizmente a delegacia do município não dispõe mais desses documentos, foram extraviados por ocasião de protesto do povo, visto que esta já foi incendiada por duas vezes deixando-a totalmente destruída. E com isso um pouco dos registros da história do município também se perdeu. Todavia pode-se encontrar vestígios de muitas outras histórias de Tomé-Açu em vários outros acervos documentais deste município e que pode ser conhecido por muita gente. Porém o tempo que se tem para apresentar este estudo impossibilita sua busca neste momento.

Por outro lado, não se pode negar, que os relatórios sobre as famílias que para cá vieram, narra dona Luiza Antônia, poderia ajudar na composição deste estudo, para

outros pesquisas acadêmicas e até mesmo para pessoas, que por ventura chegassem e pedisse informação de algum parente, do qual tenha ficado muitos anos sem notícias. Neste sentido, Dona Luiza mesmo conta que, era só ir na delegacia e pedir informação de “fulano de tal que não dava notícia pra família faz tempo”, aí descobria se estava ou não em Tomé-Açu. A entrevista prossegue:

Naquele tempo tinha muita, muita gente aqui. Nós viemos de Cametá num Iate, Rio Acre e nosso patrão era Rui Ebata, um homem muito bom que quando a gente ia embora ele enchia um saco de café pra nós, pimenta e um monte de coisas. Esse Tomé-Açu era muito bom. Ainda é. Quando terminava a colheita do nosso patrão ele nos emprestava pra outro, não podia sair assim, o outro tinha que pedir e ele falava: depois devolve meus empregados viu? A gente começava sete horas, batia a campá e a gente entrava pro serviço, parava pra almoçar onze horas e saía cinco horas, quem tinha suas casas ia almoçar lá mas tinha um alojamento para os outros trabalhadores que só vinham na época de colheita. (Luiza Antonia dos Prazeres, 99 anos).

Segundo dona Luiza a jornada de trabalho era tranquila para ela, confessa que era “mole” pra apanhar pimenta, mas havia mulheres, casais muito esforçados na colheita, chegavam a apanhar mais de 400 quilos por dia. O que conseguiam no final da safra compensava a labuta diária e muitos adquiriram sua própria terra.

É importante destacar que as mulheres trabalhadoras da pimenta em Tomé-Açu sempre praticaram concomitantemente os trabalhos no pimental e as outras atividades domésticas como o cuidado com os filhos. Percebemos que muitas delas acabaram sozinhas, mas seguiram com muita coragem e determinação, considerando que discursivamente o homem possa assumir funções de destaque e importância, onde claramente ele exerce o poder sobre a mulher, isso na prática se aplica “no campo das representações, no cotidiano das mulheres e nas suas experiências históricas está presente uma trajetória de luta, força e poder” (PINTO, 2004).

Da mesma forma que essas mulheres têm a combatividade ao longo da vida, o que se pode analisar é a incrível capacidade de continuarem firmes, no combate, pondo sua fé em prática todos os dias, essas mulheres preservam uma história peculiar independente da cultura, pois se relacionam praticando seus costumes e aderindo a outros, sendo assim, não podem ser deixadas de lado e nem à margem da sociedade e da história.



Figura 8: Em Tomé-Açu, cenários dos tempos áureos da produção da pimenta-do-reino: Após a colheita, a pimenta espalhada no terreiro para secagem (Jornal Nikkey Shimbun, 2012).



Figura 9: Sra. Isaura Sakaguchi, 82 anos com seu filho Francisco Wataru Sakaguchi (Foto de Thirzia Trindade).



Figura 10: Hajime Yamada, 89 anos (Foto de Thirzia Trindade).



Figura 11: Akira Nagai, 76 anos (Foto de Thirzia Trindade).



Figura 12: Luiza Antonia dos Prazeres, 99 anos (Foto de Thirzia Trindade).



Figura 13: Benedita Silva Marques, 87 anos (Foto de Thirzia Trindade).



Figura 14: Joana Maria da Silva, 91 anos (Foto de Thirzia Trindade).



Figura 15: Austriclínio Vieira Mendes, 89 anos (Foto de Thirzia Trindade)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa em meio a Imigração japonesa na Amazônia, ao considerar a vivência e a história de vida das mulheres, tanto as japonesas quanto as brasileiras, relativa às experiências vividas por essas mulheres, nos possibilitou identificar o quanto as mulheres foram e são importantes pra história do nosso município. Há de se esperar que tenhamos uma história mais detalhada onde possamos vislumbrar o cotidiano, os afazeres, as condições de vida, dificuldades e conquistas, a trajetória de mulheres que por muito tempo ficaram à margem da história, oprimidas pelo preconceito estabelecido ao longo do tempo. O momento agora é fazer com que um público maior tenha acesso a essas descobertas, “a história das mulheres precisa sair das universidades e ganhar as ruas” e deve ser discutidas em qualquer ambiente da sociedade. (PERROT, 2015).

Tomé-Açu tem sua história entranhada em cada imigrante e descendente sobrevivente da época, no desenrolar da pesquisa após leituras de alguns autores que fundamentaram a teoria, conseguimos ter um panorama mais amplo em relação as análises das entrevistas coletadas ao longo da pesquisa com as mulheres e os descendentes dos primeiros imigrantes da colônia de Tomé-Açu, que através da pesquisa constatamos a grande importância do trabalho feminino na colheita da pimenta-do-reino. Uma força de trabalho que para muitas culturas se tornou base de sustentação e organização da sociedade da época.

Dados da pesquisa permitiram conhecer a trajetória das mulheres, tanto as japonesas quanto as de origem da colônia e as de outros municípios, que buscavam melhores condições de vida para o sustento de suas famílias, o quanto foram importantes para o desenvolvimento do município de Tomé-Açu, até então colônia de Acará. Eram mães, professoras, domésticas, enfim, mulheres cujas histórias abrem espaços para uma melhor compreensão da história deste município e da forma que lutaram junto com suas famílias na constituição da então colônia de migração, sem pretensão de serem lembradas, mas as suas histórias saltam do passado através do exercício de pesquisa deste estudo, se fazendo conhecer, demarcando a importante participação feminina na história do município de Tomé-Açu e seu povo.

A forma como essas mulheres conciliavam seu trabalho com as responsabilidades características da função de mãe e esposa é provavelmente originário de uma cultura cujo poder do homem ainda está bastante presente como chefe da família,

isso não deixou que elas curvassem a cabeça, sempre ativas e com personalidade forte, não aceitavam ser o “sexo frágil” seguiam sempre em frente sem voltar atrás nas decisões tomadas. Sempre prestaram apoio integral aos maridos, não apareciam em evidência, mas que sem sua silenciosa presença o sucesso da colônia de Tomé-Açu talvez tivesse sido impossível.

Quem sabe este exercício de pesquisa inspire a continuidade de outros estudos com relação à história de Tomé-Açu e de seus personagens, que desperte interesses e possa contribuir para outros estudos. E que o presente estudo em torno das questões femininas e da própria história de Tomé-Açu, possa ter acréscimos posteriores, continuidade, e que possibilite estudos mais aprofundados acerca do tema proposto.

FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA:

a) FONTES ORAIS:

Austriclínio Viana Mendes, 89 anos.

Isaura Sakaguchi, 82 anos.

Akira Nagai, 76 anos.

Hajime Yamada, 89 anos.

Joana Maria da Silva. 91 anos.

Benedita Silva Marques.

Luiza Antonia dos Prazeres, 99 anos.

b) FONTES ESCRITAS:

PARÁ. Lei 2.746 de 13 de novembro de 1928 que autoriza o governo do Estado a contratar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a instalação e exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas do Estado do Pará. Leis do Estado do Pará do ano de 1928, Pará-Brasil, pp. 8-88. Belém/Arquivo Público do Pará, 2005.

c) FONTES IMAGETICAS:

Imagens fotográficas dos acervos familiar do Sr. Hajime Yamada;

Imagens fotográficas feitas no decorrer das atividades de pesquisa em Tomé-Açu;

Mapas e gravuras da Colônia de Tomé-Açu encontradas nos acervos dos pessoas que foram entrevistadas durante a pesquisa.

d) FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

HOMMA, A. K. , **FERREIRA**, A. da S.; **FREITAS**, M. C. da S.; **FRAXE**, T. de J. P. (Org.). Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. Uma Epopeia Moderna: 80

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. Projeto História, nº 15 (abril 1997), pp. 51-84.

NIKKEY SHIMBUN. Amazônia 1929 – 2009. 80 anos da Imigração Japonesa na Amazônia. 1º Ed. Editora jornalística União NikkeyLtda. São Paulo 2012.

PERROT, Michelle. “Minha história das mulheres”; (tradução Angela M. S. Côrrea). 2. Ed., 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

TSUNODA, Fusako. “Canção da Amazônia: uma saga na selva; tradução Jorge Kassuga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEL PRIORE, Mary. “Historia das mulheres no Brasil” (org.); Carla Bassanezi (cood. De textos). 6. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. “Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos.” – Belém: Paka-Tatu, 2004.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BASSANEZI, Maria Silvia. “Mulheres que vêm, mulheres que vão”. Nova história das mulheres/ organização Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro – São Paulo: Contexto, 2012.

BIRELLO E LESSA, Divers@Rev. Elet. Interdisc., Matinhos, V. 1, n. 1, p. 68-82, jul./dez. 2008.

MENDES, Austriclínio Viana. “Tomé-Açu da minha memória”. Austriclínio Viana Mendes. SANTmel editora: Belém-2014. 3º edição.

BIBLIOGRAFIA

- HOMMA**, A. K. , **FERREIRA**, A. da S.; **FREITAS**, M. C. da S.; **FRAXE**, T. de J. P. (Org.). Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011. 449 p.
- HOMMA**, A. K. O. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da colônia agrícola de Tomé -Açu, Pará. Revista do IESAM, Belém, v. 2,n. 1 e 2., jan. -dez. 2004.
- Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- NIKKEY SHIMBUN**. Amazônia 1929 – 2009. 80 anos da Imigração Japonesa na Amazônia. 1º Ed. Editora jornalística União NikkeyLtda. São Paulo 2012.
- THOMSON**, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. Projeto História, nº 15 (abril 1997), pp. 51-84.
- THOMPSON**, Paul, 1935- A voz do passado: historia oral/ Paul Thompson; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. –Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- PERROT**, Michelle. “Minha história das mulheres”; (tradução Angela M. S. Côrrea). 2. Ed., 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- TSUNODA**, Fusako. “Canção da Amazônia: uma saga na selva; tradução Jorge Kassuga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DEL PRIORE**, Mary. “Historia das mulheres no Brasil” (org.); Carla Bassanezi (cood. De textos). 6. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.
- PINTO**, Benedita Celeste de Moraes. “Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. – Belém: Paka-Tatu, 2004.
- ALBERTI**, Verena. Manual de história oral. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BASSANEZI**, Maria Silvia. “Mulheres que vêm, mulheres que vão”. Nova história das mulheres/ organização Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro – São Paulo: Contexto, 2012.
- BIRELLO E LESSA**, Divers@Rev. Elet. Interdisc., Matinhos, V. 1, n. 1, p. 68-82, jul./dez. 2008.
- NAGAI**, Akira. “Um Nikkei da terra dos tmbés”. Akira Nagai- Belém: Alves Gráficas e Editora, 2002.

FILHO, Antônio Fornazieri. “Pimenta-do-reino. Uma das mais importantes especiarias do mundo”. Coleção Brasil agrícola- São Paulo: Ícone editora Ltda, 1986.

SILVA, Joseli Maria. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.

RAGO, Margareth. “Descobrimos historicamente o gênero”. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.89-98.

SANTOS, José Luiz dos, 1949 - O que é Cultura/ José Luiz dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos; 110).